



**CÂMARA MUNICIPAL
UBERLÂNDIA**

**Procuradoria
Seção de Editais e Contratos**

**EDITAL DE LICITAÇÃO
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90022/2025**

A **CÂMARA MUNICIPAL DE UBERLÂNDIA**, sediada à Av. João naves de Avila, 1617, Bairro Santa Mônica, Uberlândia-MG, por meio do Agente de Contratação, neste ato denominado (a) Pregoeiro(a), designada (o) pela Portaria nº 089 de 31 de janeiro de 2025, torna público que fará realizar licitação, na modalidade **PREGÃO ELETRÔNICO** nos termos da Portaria n.º 205 de 13 de março de 2023, que pode ser consultada no link <https://www.camarauberlandia.mg.gov.br/transparencia/licitacoes-e-compras/legislacao/portaria-no-205-2023-regulamentacao-da-lei-no-14-133.docx>, **Lei 14.133/2021**, bem como pelas condições estabelecidas neste Edital e seus Anexos e, em conformidade com a autorização constante do **Processo nº 043/2025**, de Protocolo sob o número **7412 de 15/10/2025**

DATA DA REALIZAÇÃO DO CERTAME: 29/12/2025 – Segunda-feira.

HORÁRIO: 09:30 horas (Horário de Brasília/DF)

LOCAL: sítio eletrônico www.gov.br/compras/pt-br – Compras.gov

UASG: 925010 – Departamento de Licitações e Compras, telefones: 34 3239-1196 / 3239-1137 e 3239-1194.

SUMÁRIO

1. DO OBJETO.....	3
2. DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA	3
3. DO PAGAMENTO	3
4. DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO	3
5. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO	5
6. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA.....	8
7. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES.....	9
8. DA FASE DE JULGAMENTO.....	14
9. DA FASE DE HABILITAÇÃO	16
10. DOS RECURSOS.....	18
11. DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES.....	19
12. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO	22
13. DA FISCALIZAÇÃO.....	22
14. DA ADJUDICAÇÃO E DA HOMOLOGAÇÃO	23
15. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS.....	23
ANEXO I – TERMO DE REFERÊNCIA.....	25
ANEXO II – PROPOSTA DE PREÇOS.....	55
ANEXO III – MINUTA CONTRATO.....	57

1. DO OBJETO

1.1 O objeto da presente licitação é a contratação de empresa para a prestação de serviços técnicos especializados para a Migração do portal da Câmara Municipal de Uberlândia (atualmente em Plone 4.3, Zope 2.13 e Python 2.7) para a versão mais atualizada e estável do Plone/Python 3, e a prestação de serviços contínuos de Manutenção, Suporte, Atualização, Segurança e Backup, para suprir as necessidades da Câmara Municipal de Uberlândia-MG, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital e seus anexos.

1.2 O julgamento adotado será o **menor preço global do Lote.**

2. DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

2.1 Os encargos financeiros decorrentes da presente licitação correrão à conta da seguinte dotação orçamentária: 01.122.2258.7005 - Manutenção dos Serviços Administrativos - Ficha 27604 - 3.3.90.40 - Serviços de Tecnologia da Informação e Comunicação – PJ – 08 - Suporte de Infraestrutura de TIC – 04 - Manutenção de Software.

3. DO PAGAMENTO

3.1. O pagamento será efetuado conforme disposto no Termo de Referência.

3.2. As notas fiscais deverão ser emitidas em observância às regras de retenção dispostas na Instrução Normativa nº 1234/2012 e suas alterações, da Receita Federal, e disposições da Portaria 205/2023, sob pena de não aceitação por parte da contratante.

4. DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO

4.1. Poderão participar deste Pregão os interessados que estiverem previamente credenciados no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF e no Sistema de Compras do Governo Federal (www.gov.br/compras), por meio de Certificado Digital conferido pela Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira – ICP – Brasil.

4.1.2 Os interessados deverão atender às condições exigidas no cadastramento no SICAF até o terceiro dia útil anterior à data prevista para recebimento das propostas.

4.2. O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou

por seu representante, excluída a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.

4.3. É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais nos Sistemas relacionados no item anterior e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou, aqueles, se tornem desatualizados.

4.4. A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

4.5. Será concedido tratamento favorecido para as microempresas e empresas de pequeno porte, para as sociedades cooperativas mencionadas no artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021, para o agricultor familiar, o produtor rural pessoa física e para o microempreendedor individual - MEI, nos limites previstos da Lei Complementar nº 123, de 2006.

4.6. Não poderão disputar esta licitação:

4.6.1. aquele que não atenda às condições deste Edital e seu(s) anexo(s);

4.6.2. autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa jurídica, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados;

4.6.3. empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ela necessários;

4.6.4. Pessoa Jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta;

4.6.5. aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;

4.6.6. empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si;

4.6.7. Pessoa jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista;

4.6.8. agente público do órgão ou entidade licitante;

4.6.9. Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, atuando nessa condição;

4.6.10. Não poderá participar, direta ou indiretamente, da licitação ou da execução do contrato agente público do órgão ou entidade contratante, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria, conforme § 1º do art. 9º da Lei n.º 14.133, de 2021.

4.7. O impedimento de que trata o item 4.6.4 será também aplicado ao licitante que atue em substituição a outra pessoa-jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do licitante.

4.8. A critério da Câmara e exclusivamente a seu serviço, o autor dos projetos e a empresa a que se referem os itens 4.6.2 e 4.6.3 poderão participar no apoio das atividades de planejamento da contratação, de execução da licitação ou de gestão do contrato, desde que sob supervisão exclusiva de agentes públicos do órgão ou entidade.

4.9. Equiparam-se aos autores do projeto as empresas integrantes do mesmo grupo econômico.

4.10. O disposto nos itens 4.6.2 e 4.6.3 não impede a licitação ou a contratação de serviço que inclua como encargo do contratado a elaboração do projeto básico e do projeto executivo, nas contratações integradas, e do projeto executivo, nos demais regimes de execução.

4.11. A vedação de que trata o item 4.6.8 estende-se a terceiro que auxilie a condução da contratação na qualidade de integrante de equipe de apoio, profissional especializado ou funcionário ou representante de empresa que preste assessoria técnica.

5. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

5.1. Na presente licitação, a fase de habilitação sucederá as fases de apresentação de propostas, de lances e de julgamento (art. 17 Lei 14.133/2021).

5.2. Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, a proposta com o preço ou o percentual de desconto, conforme o critério de julgamento adotado neste Edital, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública.

5.3. No cadastramento da proposta inicial, o licitante declarará, em campo próprio do sistema, que:

5.3.1. está ciente e concorda com as condições contidas no edital e seus anexos, bem como de que a proposta apresentada compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de sua entrega em definitivo e que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório;

5.3.2. não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição;

5.3.3. não possui, em sua cadeia produtiva, empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal;

5.3.4. cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

5.4. O licitante organizado em cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021.

5.5. O fornecedor enquadrado como microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006, estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts.42 a 49, observado o disposto nos §§ 1º ao 3º do art. 4º, da Lei nº 14.133, de 2021.

5.5.1. nos itens em que a participação não for exclusiva para microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” apenas produzirá o efeito de o licitante não ter direito ao tratamento favorecido previsto na Lei Complementar nº 123, de 2006, mesmo que microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa.

5.6. A falsidade da declaração de que trata os itens 5.3 ou 5.5 sujeitará o licitante às sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e neste Edital.

5.7. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou, na hipótese de a fase de habilitação anteceder as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento os documentos de habilitação anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.

5.8. Não haverá ordem de classificação na etapa de apresentação da proposta e dos documentos de habilitação pelo licitante, o que ocorrerá somente após os procedimentos de abertura da sessão pública e da fase de envio de lances.

5.9. Serão disponibilizados para acesso público os documentos que compõem a proposta dos licitantes convocados para apresentação de propostas, após a fase de envio de lances.

5.10. Desde que disponibilizada a funcionalidade no sistema, o licitante poderá parametrizar o seu valor final mínimo ou o seu percentual de desconto máximo quando do cadastramento da proposta e obedecerá às seguintes regras:

5.10.1. a aplicação do intervalo mínimo de diferença de valores ou de percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao lance que cobrir a melhor oferta; e

5.10.2. os lances serão de envio automático pelo sistema, respeitado o valor final mínimo estabelecido e o intervalo de que trata o subitem acima.

5.11. O valor final mínimo ou o percentual de desconto final máximo parametrizado no sistema poderá ser alterado pelo fornecedor durante a fase de disputa, sendo vedado:

5.11.1. valor superior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema, **quando adotado o critério de julgamento por menor preço global; ou**

5.11.2. percentual de desconto inferior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o critério de julgamento por maior desconto.

5.12. O valor final mínimo ou o percentual de desconto final máximo parametrizado na forma do item 5.10 possuirá caráter sigiloso para os demais fornecedores e para o órgão ou entidade promotora da licitação, podendo ser disponibilizado estrita e permanentemente aos órgãos de controle externo e interno.

5.13. Caberá ao licitante interessado em participar da licitação acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório e se responsabilizar pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de mensagens emitidas pela Administração ou de sua desconexão.

5.14. O licitante deverá comunicar imediatamente ao provedor do sistema qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a segurança, para imediato bloqueio de acesso.

6. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA

6.1. O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos:

6.1.1. Valor global do grupo/lote

6.1.2. Descrição do objeto, contendo as informações similares à especificação do Termo de Referência;

6.2. Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam o licitante.

6.3. Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na execução do objeto.

6.4. Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

6.5. Se o regime tributário da empresa implicar o recolhimento de tributos em percentuais variáveis, a cotação adequada será a que corresponde à média dos efetivos recolhimentos da empresa nos últimos doze meses.

6.6. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, no pagamento serão retidos na fonte os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

6.7. A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe o Termo de Referência, assumindo, o proponente, o compromisso de executar o objeto licitado nos seus termos, bem como de fornecer os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição.

6.8. O prazo de validade da proposta não será inferior a **90 (noventa) dias**, a contar da data de sua apresentação.

6.9. Os licitantes devem respeitar os preços máximos estabelecidos nas normas de regência de contratações públicas federais, quando participarem de licitações públicas;

6.10. O descumprimento das regras supramencionadas pela Administração por parte dos contratados pode ensejar a responsabilização pelo Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais e, após o devido processo legal, gerar as seguintes consequências: assinatura de prazo para a adoção das medidas necessárias ao exato cumprimento da lei, nos termos do art. 71, inciso IX, da Constituição; ou condenação dos agentes públicos responsáveis e da empresa contratada ao pagamento dos prejuízos ao erário, caso verificada a ocorrência de superfaturamento por sobrepreço na execução do contrato.

7. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES

7.1. A abertura da presente licitação dar-se-á automaticamente em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.

7.2. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou os documentos de habilitação, quando for o caso (inversão das fases), anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.

7.2.1. Será desclassificada a proposta que identifique o licitante.

7.2.2. A desclassificação será sempre fundamentada e registrada no sistema, com acompanhamento em tempo real por todos os participantes.

7.2.3. A não desclassificação da proposta não impede o seu julgamento definitivo em sentido contrário, levado a efeito na fase de aceitação.

7.3. O sistema ordenará automaticamente as propostas classificadas, sendo que somente estas participarão da fase de lances.

7.4. O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o Pregoeiro e os licitantes.

7.5. Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio de sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.

7.6. O lance deverá ser ofertado pelo preço global do Lote.

7.7. Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.

7.8. O licitante somente poderá oferecer lance de valor inferior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.

7.9. O intervalo mínimo de diferença de valores ou percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta deverá ser de 1% (um por cento).

7.10. O licitante poderá, uma única vez, excluir seu último lance ofertado, no intervalo de quinze segundos após o registro no sistema, na hipótese de lance inconsistente ou inexequível.

7.11. O procedimento seguirá de acordo com o modo de disputa adotado.

7.12. **O modo de disputa adotado é o “aberto e fechado”, em que os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com lance final e fechado.**

7.12.1. A etapa de lances da sessão pública terá duração inicial de quinze minutos. Após esse prazo, o sistema encaminhará aviso de fechamento iminente dos lances, após o que transcorrerá o período de tempo de até dez minutos, aleatoriamente determinado, findo o qual será automaticamente encerrada a recepção de lances.

7.12.2. Encerrado o prazo previsto no subitem anterior, o sistema abrirá oportunidade para que o autor da oferta de valor mais baixo e os das ofertas com preços até 10% (dez por cento) superior àquela possam ofertar um lance final e fechado em até cinco minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.

7.12.3. No procedimento de que trata o subitem supra, o licitante poderá optar por manter o seu último lance da etapa aberta, ou por ofertar melhor lance.

7.12.4. Não havendo pelo menos 3 (três) ofertas nas condições definidas neste item, poderão os autores dos melhores lances subsequentes, na ordem de classificação, até o máximo de três, oferecer um lance final e fechado em até 5 (cinco) minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.

7.12.5. Após o término dos prazos estabelecidos nos itens anteriores, o sistema ordenará e divulgará os lances segundo a ordem crescente de valores.

7.13. Poderão participar da etapa aberta somente os licitantes que apresentarem a proposta de menor preço/ maior percentual de desconto e os das propostas até 10% (dez por cento) superiores/inferiores àquela, em que os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, até o encerramento da sessão e eventuais prorrogações.

7.13.1. Não havendo pelo menos 3 (três) propostas nas condições definidas no item 7.13, poderão os licitantes que apresentaram as três melhores propostas, consideradas as empatadas, oferecer novos lances sucessivos.

7.13.2. A etapa de lances da sessão pública terá duração de 10 (dez) minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública.

7.13.3. A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o subitem anterior, será de 2 (dois) minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.

7.13.4. Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente, e o sistema ordenará e divulgará os lances conforme a ordem final de classificação.

7.13.5. Definida a melhor proposta, se a diferença em relação à proposta classificada em segundo lugar for de pelo menos 5% (cinco por cento), o pregoeiro, auxiliado pela equipe de apoio, poderá admitir o reinício da disputa aberta, para a definição das demais colocações.

7.13.6. Após o reinício previsto no subitem supra, os licitantes serão convocados para apresentar lances intermediários.

7.14. Após o término dos prazos estabelecidos nos subitens anteriores, o sistema ordenará e divulgará os lances segundo a ordem crescente de valores.

7.15. Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.

7.16. Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.

7.17. No caso de desconexão com o Pregoeiro, no decorrer da etapa competitiva do Pregão, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.

7.18. Quando a desconexão do sistema eletrônico para o pregoeiro persistir por tempo superior a 10 (dez) minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas vinte e quatro horas da comunicação do fato pelo Pregoeiro aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.

7.19. Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.

7.20. Em relação a itens não exclusivos para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, uma vez encerrada a etapa de lances, será efetivada a verificação automática, junto à Receita Federal, do porte da entidade empresarial. O sistema identificará em coluna própria as microempresas e empresas de pequeno porte participantes, procedendo à comparação com os valores da primeira colocada, se esta for empresa de maior porte, assim como das demais classificadas, para o fim de aplicar-se o disposto nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123, de 2006, regulamentada pelo Decreto nº 8.538, de 2015.

7.20.1. Nessas condições, as propostas de microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrarem na faixa de até 5% (cinco por cento) acima da melhor proposta ou melhor lance serão consideradas empatadas com a primeira colocada.

7.20.2. A melhor classificada nos termos do subitem anterior terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada, no prazo de 5 (cinco) minutos controlados pelo sistema, contados após a comunicação automática para tanto.

7.20.3. Caso a microempresa ou a empresa de pequeno porte melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes microempresa e empresa de pequeno porte que se encontrem naquele intervalo de 5% (cinco por cento), na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido no subitem anterior.

7.20.4. No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos subitens anteriores, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.

7.21. Só poderá haver empate entre propostas iguais (não seguidas de lances), ou entre lances finais da fase fechada do modo de disputa aberto e fechado.

7.21.1. Havendo eventual empate entre propostas ou lances, o critério de desempate será aquele previsto no art. 60 da Lei nº 14.133, de 2021, nesta ordem:

7.21.1.1. disputa final, hipótese em que os licitantes empatados poderão apresentar nova proposta em ato contínuo à classificação;

7.21.1.2. avaliação do desempenho contratual prévio dos licitantes, para a qual deverão preferencialmente ser utilizados registros cadastrais para efeito de atesto de cumprimento de obrigações previstos nesta Lei;

7.21.1.3. desenvolvimento pelo licitante de ações de equidade entre homens e mulheres no ambiente de trabalho, conforme regulamento;

7.21.1.4. desenvolvimento pelo licitante de programa de integridade, conforme orientações dos órgãos de controle.

7.21.2. Persistindo o empate, será assegurada preferência, sucessivamente, aos bens e serviços produzidos ou prestados por:

7.21.2.1. empresas estabelecidas no Estado de Minas Gerais, conforme art. 60 §1º inciso I da Lei 14.133/2021;

7.21.2.2. empresas brasileiras;

7.21.2.3. empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;

7.21.2.4. empresas que comprovem a prática de mitigação, nos termos da Lei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009.

7.22. Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, na hipótese da proposta do primeiro colocado permanecer acima do preço máximo ou inferior ao desconto definido para a contratação, o pregoeiro poderá negociar condições mais vantajosas, após definido o resultado do julgamento.

7.22.1. A negociação poderá ser feita com os demais licitantes, segundo a ordem de classificação inicialmente estabelecida, quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do preço máximo definido pela Administração.

7.22.2. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

7.22.3. O resultado da negociação será divulgado a todos os licitantes e anexado aos autos do processo licitatório.

7.22.4. O pregoeiro solicitará ao licitante mais bem classificado que, no prazo de 2 (duas) horas, envie a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada, acompanhada, se for o caso, dos documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados.

7.22.5. É facultado ao pregoeiro prorrogar o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada feita no chat pelo licitante, antes de findo o prazo.

7.23. Após a negociação do preço, o pregoeiro iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

8. DA FASE DE JULGAMENTO

8.1. Encerrada a etapa de negociação, o pregoeiro verificará se o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar atende às condições de participação no certame, conforme previsto no art. 14 da Lei nº 14.133/2021, legislação correlata e no item 4.6 do edital, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

a) SICAF;

b) Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/ceis>); e

c) Cadastro de fornecedores Impedidos de Licitar e Contratar com o município de Uberlândia - CADUDI.

8.2. A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa licitante e também de seu sócio majoritário, por força da vedação de que trata o artigo 12 da Lei nº 8.429, de 1992, através do sistema SICAF.

8.3. Caso conste na Consulta de Situação do licitante a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o Pregoeiro diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas do SICAF.

8.3.1. A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros.

8.3.2. O licitante será convocado para manifestação previamente a uma eventual desclassificação.

8.3.3. Constatada a existência de sanção, o licitante será reputado inabilitado, por falta de condição de participação.

8.4. Caso atendidas as condições de participação, será iniciado o procedimento de habilitação.

8.5. Caso o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar tenha se utilizado de algum tratamento favorecido às ME/EPPs, o pregoeiro verificará se faz jus ao benefício.

8.6. Verificadas as condições de participação e de utilização do tratamento favorecido, o pregoeiro examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Edital e em seus anexos.

8.7. Será desclassificada a proposta vencedora que:

8.7.1. conter vícios insanáveis;

8.7.2. não obedecer às especificações técnicas contidas no Termo de Referência;

8.7.3. apresentar preços inexequíveis ou permanecerem acima do preço máximo definido para a contratação;

8.7.4. não tiverem sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;

8.7.5. apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste Edital ou seus anexos, desde que insanável.

8.8. No caso de bens e serviços em geral, é indício de inexequibilidade das propostas valores inferiores a 50% (cinquenta por cento) do valor orçado pela Administração.

8.8.1. A inexequibilidade, na hipótese de que trata o **caput**, só será considerada após diligência do pregoeiro, que comprove:

8.8.1.1. que o custo do licitante ultrapassa o valor da proposta; e

8.8.1.2. inexistirem custos de oportunidade capazes de justificar o vulto da oferta.

8.9. Se houver indícios de inexequibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências, para que a empresa comprove a exequibilidade da proposta.

8.10. Caso o Termo de Referência exija a apresentação de amostra, o licitante classificado em primeiro lugar deverá apresentá-la, conforme disciplinado no Termo de Referência, sob pena de não aceitação da proposta.

8.11. Por meio de mensagem no sistema, será divulgado o local e horário de realização do procedimento para a avaliação das amostras, cuja presença será facultada a todos os interessados, incluindo os demais licitantes.

8.12. Os resultados das avaliações serão divulgados por meio de mensagem no sistema.

8.13. No caso de não haver entrega da amostra ou ocorrer atraso na entrega, sem justificativa aceita pelo Pregoeiro, ou havendo entrega de amostra fora das especificações previstas neste Edital, a proposta do licitante será recusada.

8.14. Se a(s) amostra(s) apresentada(s) pelo primeiro classificado não for(em) aceita(s), o Pregoeiro analisará a aceitabilidade da proposta ou lance ofertado pelo segundo classificado. Seguir-se-á com a verificação da(s) amostra(s) e, assim, sucessivamente, até a verificação de uma que atenda às especificações constantes no Termo de Referência.

9. DA FASE DE HABILITAÇÃO

9.1. Os documentos previstos no Termo de Referência, necessários e suficientes para demonstrar a capacidade do licitante de realizar o objeto da licitação, serão exigidos para fins de habilitação, nos termos dos arts. 62 a 70 da Lei nº 14.133, de 2021.

9.1.1. A documentação exigida para fins de habilitação jurídica, fiscal, social e trabalhista e econômico-financeira, poderá ser substituída pelo registro cadastral no SICAF.

9.2. Quando permitida a participação de consórcio de empresas, a habilitação técnica, quando exigida, será feita por meio do somatório dos quantitativos de cada consorciado e, para efeito de habilitação econômico-financeira, quando exigida, será observado o somatório dos valores de cada consorciado.

9.2.1. Não será permitido participação de empresa em consórcio.

9.3. Os documentos exigidos para fins de habilitação deverão ser encaminhados exclusivamente por meio do sistema ou verificada no SICAF.

9.4. Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser substituídos por registro cadastral emitido por órgão ou entidade pública, desde que o registro tenha sido feito em obediência ao disposto na Lei nº 14.133/2021.

9.5. Será verificado se o licitante apresentou declaração de que atende aos requisitos de habilitação, e o declarante responderá pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei (art. 63, I, da Lei nº 14.133/2021).

9.6. Será verificado se o licitante apresentou no sistema, sob pena de inabilitação, a declaração de que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

9.7. O licitante deverá apresentar, sob pena de desclassificação, declaração de que suas propostas econômicas compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.

9.8. A habilitação será verificada por meio do SICAF, nos documentos por ele abrangidos.

9.8.1. Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos, mediante apresentação dos documentos originais não digitais, quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital ou quando a lei expressamente o exigir.

9.9. É de responsabilidade do licitante conferir a exatidão dos seus dados cadastrais no SICAF e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

9.9.1. A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

9.10. A verificação pelo pregoeiro, em sítios eletrônicos oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões constitui meio legal de prova, para fins de habilitação.

9.10.1. Os documentos exigidos para **habilitação que não estejam contemplados no SICAF serão enviados por meio do sistema, em formato digital, no prazo de 2 horas**, prorrogável por igual período, contado da solicitação do pregoeiro.

9.11. A verificação no SICAF ou a exigência dos documentos nele não contidos somente será feita em relação ao licitante vencedor.

9.11.1. Os documentos relativos à regularidade fiscal que constem do Termo de Referência somente serão exigidos, em qualquer caso, em momento posterior ao julgamento das propostas, e apenas do licitante mais bem classificado.

9.12. Após a entrega dos documentos para habilitação, não será permitida a substituição ou a apresentação de novos documentos, salvo em sede de diligência (Lei 14.133/21, art. 64), para:

9.12.1. complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes e desde que necessária para apurar fatos existentes à época da abertura do certame; e

9.12.2. atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas;

9.13. Na análise dos documentos de habilitação, o pregoeiro e a equipe de apoio poderão sanar erros ou falhas, que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação e classificação.

9.14. Na hipótese de o licitante não atender às exigências para habilitação, o pregoeiro examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda ao presente edital, observado o prazo disposto no subitem 9.10.1.

9.15. Somente serão disponibilizados para acesso público os documentos de habilitação do licitante cuja proposta atenda ao edital de licitação, após concluídos os procedimentos de que trata o subitem anterior.

9.16. Os documentos jurídicos, fiscais e econômico-financeiros que dependem de prazo de validade, e que não o contenha especificado em seu corpo, em Lei ou neste Edital, somente serão considerados aceitáveis se expedidos, no máximo, até 60 (sessenta) dias anteriores à data da sua apresentação.

10. DOS RECURSOS

10.1. A interposição de recurso referente ao julgamento das propostas, à habilitação ou inabilitação de licitantes, à anulação ou revogação da licitação, observará o disposto no art. 165 da Lei nº 14.133, de 2021.

10.2. O prazo recursal é de 3 (três) dias úteis, contados da data de intimação ou de lavratura da ata.

10.3. Quando o recurso apresentado impugnar o julgamento das propostas ou o ato de habilitação ou inabilitação do licitante:

10.3.1. a intenção de recorrer deverá ser manifestada imediatamente, sob pena de preclusão;

10.3.2. o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação ou de lavratura da ata de habilitação ou inabilitação;

10.4. Os recursos deverão ser encaminhados em campo próprio do sistema.

10.5. O recurso será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida, a qual poderá reconsiderar sua decisão no prazo de 3 (três) dias úteis, ou, nesse mesmo prazo, encaminhar recurso para a autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

10.6. Os recursos interpostos fora do prazo não serão conhecidos.

10.7. O prazo para apresentação de contrarrazões ao recurso pelos demais licitantes será de 3 (três) dias úteis, contados da data da intimação pessoal ou da divulgação da interposição do recurso, assegurada a vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

10.8. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

10.9. O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.

10.10. Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados, no Departamento de Licitações e Compras da CMU, podendo ser solicitado por e-mail: compras@camarauberlandia.mg.gov.br

11. DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES

11.1. Comete infração administrativa, nos termos da lei, o licitante que, com dolo ou culpa:

11.1.1. deixar de entregar a documentação exigida para o certame ou não entregar qualquer documento que tenha sido solicitado pelo/a pregoeiro/a durante o certame;

11.1.2. Salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado, não mantiver a proposta em especial quando:

11.1.2.1. não enviar a proposta adequada ao último lance ofertado ou após a negociação;

11.1.2.2. recusar-se a enviar o detalhamento da proposta quando exigível;

11.1.2.3. pedir para ser desclassificado quando encerrada a etapa competitiva; ou

11.1.2.4. deixar de apresentar amostra;

11.1.2.5. apresentar proposta ou amostra em desacordo com as especificações do edital;

11.1.3. não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

11.1.3.1. recusar-se, sem justificativa, a assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou a aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração;

11.1.4. apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação.

11.1.5. fraudar a licitação.

11.1.6. comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza, em especial quando:

11.1.6.1. agir em conluio ou em desconformidade com a lei;

11.1.6.2. induzir deliberadamente a erro no julgamento;

11.1.6.3. apresentar amostra falsificada ou deteriorada;

11.1.7. praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação.

11.1.8. praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei n.º 12.846, de 2013.

11.2. Com fulcro na Lei nº 14.133, de 2021, a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar aos licitantes e/ou adjudicatários as seguintes sanções, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal:

11.2.1. advertência;

11.2.2. multa;

11.2.3. impedimento de licitar e contratar e

11.2.4. declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida sua reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

11.3. Na aplicação das sanções serão considerados:

11.3.1. a natureza e a gravidade da infração cometida;

11.3.2. as peculiaridades do caso concreto;

11.3.3. as circunstâncias agravantes ou atenuantes;

11.3.4. os danos que dela provierem para a Administração Pública;

11.3.5. a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

11.3.6. Os licitantes ou contratados que descumprirem total ou parcialmente as normas administrativas ficarão sujeitos, sem prejuízo das demais responsabilidades, às sanções dispostas na Lei Federal nº 14.133, de 2021 e suas alterações, e expostas na Portaria 205 de 2023.

11.3.7. Na aplicação das sanções, conforme resultado apurado em procedimento administrativo, em que sejam oportunizados a ampla defesa e o contraditório, serão considerados os princípios da razoabilidade e proporcionalidade, a natureza e a gravidade da infração, os danos que o cometimento da infração ocasionar à Administração Pública, ao serviço e aos usuários, a vantagem auferida em virtude da infração, as circunstâncias gerais agravantes e atenuantes e os antecedentes do licitante ou contratado.

11.3.8. A cobrança de eventual valor referente às multas aplicadas será realizada nos termos do artigo 114 e seguintes da mesma Portaria.

11.3.9. A sanção de multa poderá ser aplicada cumulativamente com outras sanções administrativas e, na hipótese de cumulação, serão concedidos os prazos para defesa e recurso aplicáveis à penalidade mais gravosa.

11.3.10. A aplicação de sanções administrativas não reduz nem isenta a obrigação da CONTRATADA de indenizar integralmente eventuais danos causados à Administração ou a terceiros, que poderão ser apurados no mesmo processo administrativo sancionatório.

11.3.11. As sanções relacionadas nos incisos III e IV do artigo 110 da Portaria 205 de 2023, serão informadas ao Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas – CEIS, ou outro que vier a substituí-lo, e ao Cadastro de Fornecedores Impedidos de Licitar e Contratar com o Município de Uberlândia – CADUDI.

11.3.12. Durante o processo administrativo de aplicação de penalidade, se houver indícios de prática de infração administrativa tipificada pela Lei Federal nº 12.846, de 1º de agosto de 2013 e suas alterações, como ato lesivo contra a administração pública, cópias necessárias à apuração da responsabilidade deverão ser remetidas à Coordenadoria de Controle Interno, com despacho fundamentado, para ciência e decisão sobre a eventual instauração de investigação preliminar ou Processo Administrativo de Responsabilização – PAR.

11.3.13. Para a execução do contrato derivado dos Termos de Referência, nenhuma das partes poderá oferecer, dar ou se comprometer a dar a quem quer que seja, ou aceitar ou se comprometer a aceitar de quem quer que seja, tanto por conta própria quanto por intermédio de outrem, qualquer pagamento, doação, compensação, vantagens financeiras ou não financeiras ou benefícios de qualquer espécie que constituam prática ilegal ou de corrupção, seja de forma direta ou indireta quanto ao objeto deste contrato, ou de outra

forma a ele não relacionada, devendo garantir, ainda, que seus prepostos e colaboradores ajam da mesma forma.

12. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO

12.1. Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar este Edital por irregularidade, conforme art. 164 da Lei nº 14.133, de 2021, devendo **formalizar o pedido até 3 (três) dias úteis antes da data da abertura do certame**.

12.2. A resposta à impugnação ou ao pedido de esclarecimento será divulgado em sítio eletrônico oficial no prazo de até 3 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.

12.3. A impugnação e o pedido de esclarecimento deverão ser enviados para o e-mail: compras@camarauberlandia.mg.gov.br;

12.4. As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.

12.4.1. A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo agente de contratação, nos autos do processo de licitação.

12.5. Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame.

13. DA FISCALIZAÇÃO

13.1. Em observância às exigências contidas no artigo 254 da Lei Federal nº 14.133 de 2021 e suas alterações, a fiscalização e o gerenciamento da relação jurídica observarão o disposto na Portaria 205 de 2023.

13.2. Em caso de eventual irregularidade, inexecução ou desconformidade na execução do contrato, o Fiscal de Contrato ou a Comissão de Fiscalização de Contrato, conforme o caso, dará ciência à Contratada para adoção das providências necessárias para sanar os vícios, defeitos e/ou incorreções verificadas, como medidas administrativas iniciais.

13.3. A fiscalização de que trata esta cláusula não exclui nem reduz a responsabilidade da Contratada por quaisquer irregularidades, inexecuções ou desconformidades havidas na execução do objeto, aí incluídas imperfeições de natureza técnica ou aquelas provenientes de vício redibitório, como tal definido pela lei civil.

13.4. O contratante reserva-se o direito de rejeitar, no todo ou em parte, o objeto da contratação, caso o mesmo afaste-se das especificações do Edital, seus anexos e da proposta da Contratada.

13.5. As decisões e providências que ultrapassarem a competência do Fiscal de Contrato ou da Comissão de Fiscalização de Contrato, conforme o caso, serão encaminhadas ao Gestor de Contrato para adoção das medidas convenientes, consoante disposto no inciso X do artigo 21 da Portaria 205 de 2023.

14. DA ADJUDICAÇÃO E DA HOMOLOGAÇÃO

14.1. O pregoeiro encerrará a sessão de julgamento e encaminhará a ata e o resultado por fornecedor para a necessária adjudicação e homologação por parte do Ordenador de Despesas.

14.2. A licitante vencedora, após a homologação, será notificada para assinar, de forma preferencialmente eletrônica, no prazo de 10 (dez) dias, o Contrato de acordo com as normas vigentes, ou retirar o instrumento equivalente.

14.3. A licitante que convocada dentro do prazo de validade da sua proposta, não celebrar o Contrato, deixar de entregar ou apresentar documentação falsa exigida para o certame, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do Contrato, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, ficará impedida de licitar e contratar com a Câmara e, será descredenciada do Cadastro de fornecedores do Município de Uberlândia ou da entidade promotora do Pregão, pelo prazo de até 05 (cinco) anos, sem prejuízo das multas previstas em Edital e no Contrato e das demais comunicações legais garantida a ampla defesa.

14.4. O não comparecimento da licitante vencedora para assinatura do Contrato ou instrumento equivalente, faculta a Câmara convocar em sessão pública sucessivamente as demais licitantes, para negociar redução sobre sua própria proposta, se após a negociação o pregoeiro estiver convencido de que há vantagem para Administração, aceitará o valor negociado, sendo a respectiva Licitante declarada vencedora e a ela adjudicado o objeto do certame.

15. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

15.1. Será divulgada ata da sessão pública no sistema eletrônico.

15.2. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário, pelo pregoeiro.

15.3. Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública, observarão o horário de Brasília - DF.

15.4. A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.

15.5. As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

15.6. Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.

15.7. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.

15.8. O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.

15.9. Em caso de divergência entre disposições deste Edital e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Edital.

15.10. O Edital e seus anexos estão disponíveis, na íntegra, no endereço eletrônico https://www.camarauberlandia.mg.gov.br/Portal_v2/transparencia/licitacoes-e-compras.

15.11. Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:

15.11.1. ANEXO I - Termo de Referência.

15.11.2. ANEXO II – Proposta de preços.

15.11.3. ANEXO III – Minuta de Contrato.

Uberlândia – MG, 03 de dezembro de 2025.

Hélida Luzia Azevedo Crosara
SEÇÃO DE EDITAIS E CONTRATOS

Liza Fernandes Prado
1ª SECRETÁRIA/ORDENADORA DE DESPESAS

ANEXO I - TERMO DE REFERÊNCIA
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90022/2025 - PROCESSO Nº 043/2025

1. DIRETORIA REQUERENTE:

1.1. Departamento de Informática - Diretor ALCIDES NETO FELICIANO FERNANDES.

2. DAS CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO

2.1. DO SERVIÇO: O objeto desta contratação é a prestação de serviços técnicos especializados para a Migração do portal da Câmara Municipal de Uberlândia (atualmente em Plone 4.3, Zope 2.13 e Python 2.7) para a versão mais atualizada e estável do Plone/Python 3, e a prestação de serviços contínuos de Manutenção, Suporte, Atualização, Segurança e Backup.

Item	Especificação dos serviços	Unidade De Medida	Quantidade
01	Manutenção preditiva (migração), visando a versão mais atualizada e estável do software do portal website da Câmara Municipal de Uberlândia na Internet, compreendidos por sistema operacional Ubuntu Server, servidor web Apache, Python, Zope, servidor de streaming e configuração Youtube, CMS Plone, firewall, IDS e rotinas de backup, objetivando otimização de recursos de hardware, aplicação de patches de segurança, ajustes de layout, incorporação de recursos de acessibilidade e intérprete de libras.	SERVIÇO	01
02	Serviço contínuo de Manutenção, Suporte, Atualização, Segurança e Backup do portal website da Câmara Municipal de Uberlândia na Internet, compreendidos por sistema operacional Ubuntu Server, servidor web Apache, Python, Zope, servidor de streaming e configuração Youtube, CMS Plone, firewall, IDS. Suporte 24x7 da solução durante a vigência contratual, com prazo de 4 horas para atendimento e 24 horas para resolução. O suporte poderá ser efetuado por email, help desk, remotamente e/ou atendimento presencial quando necessário. Realização de backup remoto.	MÊS	12

2.2. Critério de julgamento: MENOR PREÇO GLOBAL

- 2.3.** CATSER Nº: 27324 - Registra-se que as especificações do objeto que prevalecerão, serão OBRIGATORIAMENTE, as constantes neste Termo de Referência, em razão do catálogo de serviços CATSER não possuir as especificações completas do objeto, conforme a necessidade da CMU.
- 2.4.** O objeto desta contratação não se enquadra como sendo de bem de luxo. Enquadra-se na classificação de bens comuns, conforme disposto no art. 6º, XIII da Lei nº 14.133, de 01 de abril de 2021; art. 3º, II, do Decreto nº 10.024, de 20 de setembro de 2019, desta forma, cabível a contratação através da modalidade pregão eletrônico.
- 2.5. Vigência Contratual:** O contrato terá vigência a partir da última assinatura digital válida, pelo período de 12 meses, podendo ser prorrogado por meio de Termo Aditivo, mediante acordo entre as partes, nos termos do artigo 107 da Lei Federal n.º 14.133 de 01/04/2021.
- 2.6. Das Execuções:**
- 2.6.1 Fase de Migração ITEM 01:** O início do serviço está previsto para a data de 01/01/2026, com prazo de execução máximo de até 4 (quatro) meses.
- 2.6.2 Serviço Contínuo ITEM 02:** O início do serviço está previsto para a data de 01/01/2026 tendo em vista que o Contrato vigente se encerrará em 31/12/2025.

3. ESTIMATIVA DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

- 3.1.** O custo estimado da contratação possui **caráter sigiloso** e será tornado público apenas e imediatamente após o julgamento das propostas, vez que este procedimento tem sido positivo para esta Casa de Leis, com a redução dos preços das contratações, já que incentiva a competitividade entre os licitantes, evitando que os concorrentes limitem suas ofertas aos valores previamente cotados pelo Departamento de Licitações e Compras.

4. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

- 4.1.** Justificam, a presente solicitação, a necessidade da Câmara Municipal de Uberlândia em atender o direito subjetivo dos cidadãos de receber informações (pessoais, coletivas e de interesse geral) dos órgãos públicos, em consonância ao princípio da transparência pública, prescrito no inciso XXXIII do art. 5º e o direito subjetivo à informação de acesso aos registros administrativos e às informações de atos de governo, previstos inciso II do § 3º do art. 37 da Carta Política. Bem como, o § 2º do art. 216 da Constituição Federal, que fixa o dever da Administração Pública de manter arquivos e de criar sistemas para que possam ser acessados pelos cidadãos, requisitos amplamente fiscalizados pelo Tribunal de Contas do Estado.

- 4.2. Nesse sentido, a Câmara Municipal de Uberlândia disponibiliza portal institucional completo, em conformidade com as exigências legais, para garantir aos cidadãos o acesso transparente às informações sobre suas atividades e decisões.
- 4.3. A manutenção preditiva, evolutiva, o suporte e a atualização de portal na internet envolvem diversas etapas e considerações, abrangendo desde o planejamento de funcionalidades até o acompanhamento contínuo do seu desempenho. Dentre os principais aspectos envolvidos, podem-se destacar: as necessidades de planejamento; modernização; criação de conteúdo relevante; manutenção técnica; manutenção de conteúdo; atualização de conteúdo; atualização de software; atualização de design; garantia da segurança do portal, etc.
- 4.4. Salienta-se que esta Casa de Leis carece de profissional qualificado em seu quadro de servidores para a criação, manutenção e atualização do portal da internet. Portanto, a contratação de empresa especializada se faz necessária.
- 4.5. Nesse sentido a Câmara Municipal, em 21/12/2020, firmou o contrato de prestação de serviços nº 038/2020, regido pela Lei 8.666/93, com aditivo de permanência até dia 31/12/2025, o qual não se permite aditivar, por ter cumprido o seu prazo máximo de vigência de 60 meses, conforme previsto no art. 57 da Lei nº 8.666/93.
- 4.6. Devido ao término iminente deste contrato, torna-se imprescindível a realização de um novo processo licitatório. Essa medida visa assegurar a continuidade dos serviços de manutenção preditiva, manutenção evolutiva e de configuração das versões dos produtos que compõem o portal institucional desta Casa Legislativa na internet, visando garantir que não ocorram interrupções na sua disponibilidade.
- 4.7. Dessa forma, restam atendidas as exigências legais e sociais a que o portal da Câmara se destina, conforme preconiza o art. 37 da Constituição Federal, bem como a Lei 14.133/21.
- 4.8. Cumpre destacar que o portal Website da Câmara Municipal de Uberlândia está instalado no Data Center próprio localizado no Departamento de Informática, sala n.º 81, razão pela qual se responsabiliza pela máquina virtual do portal.
- 4.9. Permanecerá por conta do licitante vencedor os serviços de suporte técnico de configuração da VM do servidor, a configuração do sistema operacional, o armazenamento do banco de dados, o backup (configuração e disponibilização), a manutenção preditiva, evolutiva, a melhoria contínua do portal, a realização de ajustes de layout e as atualizações de segurança, visando manter o seu correto funcionamento.

5. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO

5.1. A Contratada deve estabelecer um serviço de gestão contínua que abranja tanto a manutenção preventiva e corretiva quanto a **evolução tecnológica e a transição de *major upgrades***, garantindo a perenidade do portal sem ônus adicionais para a Câmara Municipal de Uberlândia.

5.2. Item 01 - A migração da versão do software utilizado na criação e disponibilização do Portal Web da CMU envolverá um processo contínuo e essencial, que abranja diversas áreas para garantir seu bom funcionamento, segurança, desempenho e relevância para os usuários e mecanismos de busca.

5.3. Item 02 – Dos Serviços Contínuos: A Contratada assume integralmente a responsabilidade pela manutenção ininterrupta (24x7) **do atual Portal Web da CMU**, garantindo a plena funcionalidade de todos os seus recursos. Este compromisso de suporte será mantido **durante todo o período de migração** do software de criação e disponibilização do website (baseado em Python, Plone e Zope), **migrado o portal**, a Contratada seguirá responsável pela prestação dos serviços de manutenção corretiva e evolutiva (suporte 24x7) na **nova plataforma atualizada**.

5.4 Fase 1: Projeto de Migração do Software

5.5 A empresa contratada deverá conduzir este projeto como um processo de modernização completo, entregando um ambiente novo e seguro.

5.6 Rotinas de Migração e Atualização: A contratada é responsável pela instalação e configuração de um novo ambiente de produção e homologação, utilizando as versões mais recentes e suportadas do Plone e Python 3. Isso inclui a migração integral da base de dados e do conteúdo do portal, sendo obrigatória a garantia da integridade de 100% dos dados históricos. Ao final, deverá ser entregue o Relatório de Migração de Dados e a Documentação da Nova Arquitetura.

5.7 Melhoria de Layout: O projeto abrange o desenvolvimento e implantação de um novo tema responsivo, moderno e acessível. Este tema deverá seguir rigorosamente os padrões de acessibilidade web (WCAG/eGov) e a identidade visual da Câmara. O Relatório de Conformidade de Acessibilidade é um entregável obrigatório.

5.8 Segurança (Configuração Inicial): A empresa deverá aplicar as melhores práticas de hardening (endurecimento) no novo ambiente (servidor e CMS), além de configurar um Web Application Firewall (WAF) e mecanismos de monitoramento de logs de segurança.

5.9 Transição e Treinamento: A contratada deverá realizar Testes de Aceitação do Usuário (UAT) com a equipe do CPD da Câmara. É obrigatório o fornecimento de Treinamento operacional e Material Didático para que a equipe interna possa gerir e inserir conteúdo no novo CMS.

5.10 Da Manutenção Preditiva (Migração)

5.10.1 Tendo em vista que as versões utilizadas para a criação e funcionamento do site CMU estão oficialmente fora de suporte de segurança e representam um risco significativo à rotina de atualização, vislumbra-se que não é mais apenas sobre manter o sistema funcionando, razão pela qual a Contratada deverá planejar e executar uma migração urgente.

5.10.2 Versões instaladas e consideradas em fim de vida (End-of-Life - EOL):

5.10.2.1 Python 2.7;

5.10.2.2 Zope 2.13;

5.10.2.3 Plone 4.3.

5.10.3 Nesse sentido a rotina de "atualização" deverá corrigir o isolamento do portal para evitar casos de invasão em razão da ausência de patches de segurança oficiais para corrigi-lo.

5.10.4 A contratada deverá corrigir qualquer incompatibilidade de ferramentas, visando que os add-ons e ferramentas modernas de desenvolvimento, incluindo as ferramentas de CI/CD e monitoramento, sejam compatíveis à versão atualizada do Python.

5.10.5 Conclusão da análise: o plano de atualização de longo prazo a ser realizado pela Contratada deverá prever a migração para Plone 6/Python 3.

5.11 Estrutura de Ambientes de Teste (Migração Crítica)

5.11.1 O plano de migração entre as versões, por ser um processo complexo, deverá prever uma estrutura de ambiente de teste para garantir a continuidade da disponibilidade do site durante a sua execução.

5.11.2 A Contratada deverá prever os seguintes ambientes durante a execução da migração:

5.11.2.1 De legado (Produção): estritamente monitorado e isolado;

5.11.2.2 De Migração (Novo): deverá criar um novo ambiente do zero, utilizando as versões modernas (Ex: Python 3.11+, Zope 5+, Plone 6).

5.11.2.3 Intermediário (Opcional): a contratada deverá prever que se a migração direta for muito complexa, deverá realizar a migração primeiro para o Plone 5.2 (o último com Python 2), e só então para o Plone 6/Python 3.

5.11.3 Nova Rotina de Atualização (Foco em Mitigação de Risco)

5.11.3.1 A contratada deverá prever que a rotina de atualização seja dividida em duas frentes: Mitigação de Risco no Legado e Projeto de Migração.

5.11.3.2 Rotina de Mitigação de Risco (Curto Prazo) deverá substituir as atualizações periódicas de patch, a ser executada enquanto o portal legado estiver no ar.



CÂMARA MUNICIPAL UBERLÂNDIA

Procuradoria Seção de Editais e Contratos

Rotina	Frequência Sugerida	Foco Principal
Isolamento de Infraestrutura	Imediata e Contínua	Isolar o servidor em uma rede privada, limitar o acesso SSH/FTP e utilizar um Firewall de Aplicação Web (WAF) para filtrar tráfego malicioso.
Verificação Manual de Segurança	Semanal	A Contratada deverá inspecionar manualmente logs de acesso, logs de erro do Zope e arquivos alterados.
Backup Imediato	Diário	Realizar um backup completo (código e ZODB). Este backup será a base para a migração.
Monitoramento Crítico de Uptime	24/7	Qualquer instabilidade ou comportamento inesperado deve ser tratado como uma possível invasão, e não apenas como um bug.

5.11.4 Rotina de Projeto de Migração (Médio Prazo)

Etapa	Ação	Objetivo
Inventário de Funcionalidades	Documentar todas as funcionalidades, add-ons e personalizações do Plone 4.3.	Criar um mapa de migração: quais add-ons serão substituídos, quais serão reescritos e quais não são mais necessários.
Atualização do Código (Portabilidade)	Reescrever o código e os add-ons customizados para serem compatíveis com Python 3 e a nova arquitetura do Plone 6.	Resolver o desafio central da migração Python 2 Python 3.
Migração de Dados (ZODB)	Utilizar as ferramentas de migração do Plone para transferir o conteúdo da base de dados (ZODB) do Plone 4.3 para o Plone 6.	Garantir que o conteúdo, usuários e permissões sejam preservados na nova plataforma.
Teste de Aceitação (Homologação)	A contratada deve realizar testes exaustivos no ambiente Plone 6.	Verificar a integridade do conteúdo, o funcionamento de todas as funcionalidades e a performance.

Etapas	Ação	Objetivo
Implantação e Desativação do Legado	Lançar o novo portal Plone 6 e, após um período de estabilidade, desligar permanentemente o ambiente Plone 4.3.	Eliminar o risco de segurança do ambiente legado.

5.12 Após a entrada em produção do novo portal, a contratada deverá manter a excelência operacional por meio das seguintes rotinas, submetidas a rígidos Acordos de Nível de Serviço (SLAs):

5.12.1 Manutenção e Suporte: O serviço engloba a Manutenção Corretiva (correção de bugs), com SLAs de incidentes Críticos de até 4 horas, e a Manutenção Evolutiva (melhorias funcionais), integralmente cobertos pelo valor mensal do contrato, sem custo adicional, e sem limite de horas para a execução das atividades solicitadas e priorizadas pela Fiscalização da Câmara.

5.13 O controle será feito através do Help Desk / Service Desk, ou da plataforma de software utilizada pela empresa contratada para gerenciar, rastrear e documentar todas as solicitações, incidentes e problemas reportados pela Câmara de Uberlândia, bem como pela análise do Relatório Mensal de Performance de Suporte.

5.14 Da Rotina de Melhoria de Layout (UX/UI) Processo de Evolução Contínua e Baseado em Dados

5.14.1 Finalizada a atualização das versões da plataforma, a Contratada deverá focar na otimização e na manutenção do Design System (Sistema de Design) do novo portal.

5.15 Da Rotina de Monitoramento e Análise de Dados (Mensal)

5.15.1 A Contratada deverá promover a melhoria de layout do portal durante todo o período contratual, visando torná-lo moderno, responsivo e seguro, empreendendo, para tal, entender como os usuários realmente interagem com ele.

Atividade	Frequência	Objetivo
Análise de Dados Comportamentais	Mensal	Analisar relatórios do Google Analytics (taxa de rejeição, tempo de permanência, funil de conversão) para identificar páginas com performance ruim.
Uso de Ferramentas de Calor (Heatmaps)	Trimestral	Aplicar ferramentas como Hotjar ou Clarity para visualizar onde os usuários clicam, rolam a página e onde encontram pontos de fricção (áreas de desistência).

Atividade	Frequência	Objetivo
Auditoria de Acessibilidade (WCAG)	Trimestral	Rodar scanners automáticos e inspeções manuais para garantir que o layout esteja em conformidade com as diretrizes de acessibilidade e que a navegação por teclado esteja correta.
Feedback Direto do Usuário	Contínua	Criar e monitorar um canal simples para que os usuários reportem problemas de usabilidade ou layout.

5.16 Da Rotina de Otimização Interativa (Bimestral/Trimestral)

5.16.1 Com base nos dados coletados, a contratada deve implementar melhorias pequenas e frequentes, seguindo o princípio de design ágil.

Atividade	Frequência	Foco Principal
Sprints de UX/UI Focadas	Bimestral	Focar em uma única área problemática identificada (Ex: a navegação do menu principal, a usabilidade do formulário de contato).
Testes A/B (Se Aplicável)	Sob Demanda	Para mudanças de alto impacto (Ex: cor de um botão de CTA ou ordem de elementos), testar duas versões com o tráfego real para ver qual gera melhores resultados.
Manutenção do Design System	Trimestral	Garantir que todos os componentes de layout (botões, cards, tipografia) no Plone 6 estejam padronizados e documentados. Isso agiliza o trabalho futuro e garante a consistência.
Otimização para Novos Padrões	Semestral	Revisar o layout para garantir que ele esteja aderente a novos tamanhos de tela (Ex: foldables), novas features de navegadores ou tendências de design.

5.17 Rotina de Planejamento Estratégico e Inovação (Anual)

5.17.1 A Contratada deverá prever uma rotina para grandes revisões e planejamento de funcionalidades:

5.17.2 Deverá prever uma revisão anual de UX/UI, realizando uma avaliação de 360 graus do layout e da arquitetura do portal em relação aos objetivos que ensejam a disponibilização do portal.

5.17.3 Deverá prever a possibilidade de prototipagem de novas seções ou a adição de novas funcionalidades principal, que deverá ser precedida da entrega de protótipos funcionais antes de escrever qualquer código de back-end.

5.17.4 Deverá manter atualizado o Tema com o CMS, avaliando implementar novos padrões de blocos lançados pela comunidade do Plone, tornando disponível os recursos mais recentes do Plone 6, visando garantir a modernização do layout para torná-lo mais eficiente.

5.18 Da prevenção contínua e da resposta rápida a novas ameaças

5.18.1 As rotinas de manutenção de segurança devem ser organizadas em três pilares: Prevenção, Detecção e Resposta.

5.19 Prevenção e Hardening (Manutenção Contínua)

5.19.1 A Contratada deverá criar rotinas para dificultar ao máximo um ataque, limitando as superfícies de exposição.

Rotina	Frequência	Detalhes e Ações
Atualização de Segurança do CMS	Imediata (quando lançada)	Prioridade máxima: instalar imediatamente quaisquer patches de segurança lançados pela comunidade Plone, Zope ou pelos mantenedores de add-ons.
Revisão de Permissões de Usuários	Mensal / Trimestral	Auditar todas as contas de usuário, especialmente administradores e editores. Remover contas inativas e garantir que o princípio do menor privilégio seja aplicado (usuários só podem acessar o que é estritamente necessário).
Hardening do Servidor/Ambiente	Semestral	Revisar a configuração do servidor web e do sistema operacional. Isso inclui: desativar serviços não utilizados, configurar corretamente o Firewall de Aplicação Web (WAF) e garantir que as conexões sejam feitas apenas via SFTP ou SSH.
Configuração de Cabeçalhos HTTP	Semestral	Garantir a utilização de cabeçalhos de segurança para mitigar ataques como XSS (Cross-Site Scripting) e clickjacking.
Gestão de Senhas	Contínua (Aplicação)	Impor políticas de senhas fortes (complexidade, expiração) no Plone para todos os usuários com acesso administrativo.

5.20 Detecção e Monitoramento (Vigilância Contínua)

5.20.1 A Contratada deverá criar rotinas para identificar atividades maliciosas ou anomalias antes que causem danos.

Rotina	Frequência	Detalhes e Ações
Varredura de Malware e Vulnerabilidades	Semanal / Mensal	Rodar scanners automáticos para verificar a integridade dos arquivos e a presença de códigos maliciosos inseridos.
Monitoramento de Logs	Diário / Contínuo	Analisar os logs de acesso (servidor web) e os logs de erro (Plone/Zope) em busca de padrões anormais, como tentativas de login repetidas, picos de tráfego incomuns (possível ataque DDoS) ou acessos a URLs não existentes.
Monitoramento da Integridade de Arquivos (FIM)	Contínua	Usar ferramentas que alertam a equipe sempre que um arquivo crítico do CMS, tema ou add-on é modificado, visando detectar rapidamente arquivos comprometidos.
Análise de Backups	Após o Backup	Garantir que o backup não esteja infectado. Antes de arquivar um backup, realizar uma varredura para evitar restaurar uma versão comprometida.
Monitoramento do Google Search Console	Semanal	Verificar alertas de segurança emitidos pelo Google, como a detecção de phishing ou inserção de código spam (spam injection).

5.21 Resposta e Recuperação (Plano de Ação)

5.21.1 A contratada deverá criar um plano claro para agir rapidamente quando uma falha de segurança for confirmada.

Rotina	Frequência	Detalhes e Ações
Plano de Resposta a Incidentes (IRP)	Documentado e Revisado Semestralmente	Criar um documento que defina, passo a passo, quem faz o quê em caso de ataque. As etapas geralmente incluem: contenção (desligar o acesso), erradicação (limpar o código malicioso), recuperação (restaurar de um backup limpo) e análise pós-incidente.

Rotina	Frequência	Detalhes e Ações
Testes de Penetração (Pentest)	Anual	A Contratada deverá realizar simulações de invasão do portal de forma ética, visando validar as defesas e identificar falhas que os scanners automáticos não conseguem ver.
Backup e Restauração de Emergência	Semanal (Teste)	Testar a rotina de restauração a partir do backup para garantir que o Tempo de Recuperação Objetivo (RTO) – o tempo máximo aceitável para o site ficar fora do ar – possa ser cumprido.
Comunicação em Crise	Incluída no IRP	Definir um plano de comunicação para o caso de violação de dados, incluindo quem deve notificar as autoridades e os usuários (conforme a LGPD ou regulamentações de proteção de dados aplicáveis).

5.22 Da Segurança e Atualizações Técnicas (Manutenção Preventiva)

5.22.1 A Contratada deverá realizar manutenções preventivas, visando evitar problemas antes que eles ocorram. A manutenção preventiva deverá:

5.22.1.1 Criar uma estratégia de sustentação, evolução e garantia tecnológica do portal institucional;

5.22.1.2 Estabelecer um serviço de gestão contínua que abranja tanto a manutenção preventiva e corretiva quanto a evolução tecnológica e a transição de major upgrades, garantindo a perenidade do portal sem ônus adicionais para a Câmara Municipal de Uberlândia.

5.22.2 Escopo de Serviço de Evolução Contratual (Custo Zero Adicional)

5.22.3 Garantia de Transição de Grandes Versões (Major Upgrades):

5.22.3.1 Meta Contratual: A empresa contratada assume a responsabilidade e o custo integral pela execução de todas as tarefas necessárias para migrar o portal para a próxima versão principal do Plone.

5.22.3.2 Execução: Este serviço inclui a análise de impacto, desenvolvimento de patches de migração, atualização do código customizado da Câmara e a execução da transição em todos os ambientes (homologação e produção), não gerando custos extras de projeto ou horas-extras.

5.22.3.3 Atualizações de Versão Minor e Patch:

5.22.3.4 Meta Contratual: A Contratada deve executar todas as atualizações minor e patch do Plone e de seus add-ons, conforme estabelecido na seção de Estabilidade, sem custos adicionais.

5.22.4 Metas de Segurança e Conformidade (Prioridade Máxima)

5.22.5 Tratamento de Vulnerabilidades Críticas (CVE):

- 5.22.6** Meta: A Contratada deverá aplicar, testar e disponibilizar em produção todos os patches de segurança críticos emitidos pelo Plone Foundation, Python Software Foundation ou Zope Foundation no prazo máximo de 72 horas úteis a partir da comunicação oficial da vulnerabilidade.
- 5.22.7** Adesão Legal e Acessibilidade Digital:
- 5.22.8** Meta: Manter o portal em estrita conformidade com a Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD) e garantir a aderência integral ao Modelo de Acessibilidade em Governo Eletrônico (eMAG). Desvios, e não conformidades, identificados em auditorias devem ser corrigidos em um ciclo de desenvolvimento não superior a 30 dias corridos.
- 5.22.9** Metas de Estabilidade e Gestão de Riscos
- 5.22.10** Ciclo de Atualização Preventiva:
- 5.22.11** Meta: Realizar o upgrade preventivo de todas as versões minor e patch do stack tecnológico a cada trimestre fiscal, como parte do escopo contratual ordinário.
- 5.22.12** Processo: Todas as atualizações devem ser acompanhadas de uma suíte de testes de regressão automatizados para garantir a estabilidade das funcionalidades críticas do portal antes da implantação final em produção.
- 5.22.13** Disponibilidade e Resposta a Incidentes (SLA):
- 5.22.14** Meta: Garantir a taxa mínima de disponibilidade (uptime) de 99,5% no ambiente de produção mensalmente.
- 5.22.15** Resposta: Estabelecer um Service Level Agreement (SLA) para a correção de incidentes de severidade alta (indisponibilidade total) em até 4 horas úteis após a notificação, 24 horas por dia, 7 dias por semana.
- 5.22.16** Gestão da Arquitetura e Conhecimento:
- 5.22.17** Meta: Assegurar que as customizações da Câmara permaneçam isoladas do core do Plone (princípio de clean architecture), facilitando as futuras transições de versão cobertas pelo contrato.
- 5.22.18** Documentação: Manter a documentação técnica e de arquitetura do sistema totalmente sincronizada com a versão em produção, promovendo a transferência de conhecimento por meio de relatórios técnicos trimestrais à Diretoria de TI da Câmara.
- 5.22.19** Atualizar o software, visando manter o Sistema de Gerenciamento de Conteúdo (CMS), temas e plugins/componentes, sempre na versão mais recente, visando corrigir falhas de segurança, bugs e garantir a compatibilidade;

5.22.20 Realizar verificações e Auditorias de Segurança, varreduras regulares para malware e para identificar vulnerabilidades. Implementar o uso de um certificado SSL (garantindo o protocolo HTTPS).

5.22.21 Realizar backups regulares, criar e testar cópias de segurança do portal (arquivos e banco de dados) de forma periódica (diária ou semanal), visando garantir que, em caso de falha grave, ataque hacker ou perda de dados, o site possa ser restaurado rapidamente.

5.22.22 Gerir a hospedagem e o domínio, visando monitorar e garantir a renovação do nome de domínio e do plano de hospedagem, além de gerenciar a configuração técnica, como DNS.

5.23 Do Desempenho e Estabilidade

5.23.1 A contratada deverá gerir um portal rápido e estável, visando melhorar a experiência do usuário e o ranqueamento no Google, promovendo:

5.23.1.1A otimização de Velocidade (Performance), visando garantir que o portal carregue rapidamente, otimizando imagens, minificação de código (CSS/JS) e limpeza/otimização do banco de dados;

5.23.1.2A correção de Bugs e Erros (Manutenção Corretiva), visando identificar e corrigir falhas técnicas, como erros internos do servidor, problemas de conexão com o banco de dados e a "tela branca" do CMS;

5.23.1.3O monitoramento de “uptime”, visando o acompanhamento contínuo para garantir que o portal esteja sempre no ar (disponibilidade), com um tempo de resposta aceitável;

5.23.1.4O teste de funcionalidade, visando verificar se todos os elementos interativos.

5.23.2 A Contratada deverá manter o portal relevante, fácil de usar e atualizado para o cidadão, promovendo:

5.23.2.1A atualização de conteúdo, garantindo que as informações estejam precisas e atualizadas;

5.23.2.2A verificação de links quebrados, visando corrigir ou remover links internos e externos que levam a páginas que não existem mais (erro 404).

5.23.2.3A compatibilidade e responsividade, por meio de testes do portal em diferentes navegadores e, principalmente, em dispositivos móveis (smartphones e tablets) para assegurar uma experiência consistente do usuário;

5.23.2.4A melhorias de usabilidade (UX/UI), visando avaliar e implementar pequenas melhorias no design e na navegação para tornar o portal mais intuitivo e agradável para o visitante.

5.23.3 A Contratada deverá garantir que o serviço de manutenção do portal seja proativo (preventivo) e não apenas reativo (corretivo), abrangendo a tríade: Segurança, Desempenho e Relevância.

5.23.4 A Contratada deverá apresentar relatórios mensais das atividades realizadas, para permitir a avaliação dos serviços prestados, uma combinação de documentação, monitoramento e comunicação regular.

5.23.5 A Contratada deverá realizar os backups com a confirmação da data e hora dos últimos realizados e local onde estão armazenados.

5.24 A Contratada deverá apresentar os seguintes relatórios:

5.24.1 De desempenho, que incluam as métricas que mostrem que o portal está melhorando ou, no mínimo, mantendo a qualidade;

5.24.2 De testes de velocidade de carregamento, testes de velocidade, (usando ferramentas como Google PageSpeed Insights) realizados;

5.24.3 Do número de links quebrados encontrados e corrigidos.

5.24.4 De disponibilidade (Uptime), demonstrando o percentual de tempo em que o site permaneceu no ar.

5.24.5 De resolução de problemas.

5.25 Acesso e Monitoramento Independente

5.25.1 A Contratada deverá disponibilizar credenciais para o acesso da CMU ao painel e à hospedagem para permitir que representante do CPD da CMU realize verificações quanto ao estado do portal e quanto às ações realizadas, visando permitir a verificação do log de atividades e o status das versões de software instaladas.

5.26 Da Frequência da Manutenção Preventiva

5.26.1 A Contratada, após as atualizações da estrutura do site, deverá seguir uma frequência de manutenção preventiva do portal web de forma rigorosa e escalonada.

5.26.2 Calendário de Manutenção Preventiva

Frequência	Foco Principal	Rotinas Essenciais
Diária	Backup e Monitoramento de Segurança	Backups: Garantir que o backup incremental/diferencial do ZODB foi concluído com sucesso; Monitoramento de Uptime: Verificar se o portal está no ar (24/7, com alertas automatizados); Logs: Rastrear logs de erro do servidor e do Plone para detectar anomalias ou falhas de acesso.
Semanal	Saúde e Desempenho Básico	Plugins/Add-ons: Verificar atualizações de pequenos patches de segurança ou correções de bugs em add-ons de terceiros; Otimização de Banco de Dados: Rodar rotinas de limpeza e otimização do ZODB (se

Frequência	Foco Principal	Rotinas Essenciais
		necessário, dependendo do volume de conteúdo); Varredura de Malware: Executar varreduras de segurança no código e no servidor.
Mensal	Atualizações e Integridade	Atualizações de Versão: Instalar atualizações patch e minor do Plone ou Zope que não quebram a arquitetura; Verificação de Links Quebrados: Rodar um scanner para identificar e corrigir links internos/externos que estão falhando; Teste de Restauração de Backup: Restaurar um backup recente em ambiente de homologação para garantir a integridade dos dados.
Trimestral	Auditoria e Otimização Estrutural	Auditoria de Desempenho: Rodar testes no Google PageSpeed Insights e otimizar o desempenho do front-end (CSS, JavaScript, compressão de imagem); Revisão de Permissões: Auditar usuários e grupos para garantir que o princípio do menor privilégio esteja ativo; Limpeza de Conteúdo: Identificar e arquivar/remover conteúdo muito antigo e que não é mais relevante para o SEO ou para o usuário.
Anual	Segurança Profunda e Planejamento	Testes de Penetração (Pentest): simular teste de invasão do portal de forma ética; Revisão de Infraestrutura: Atualizar versões do sistema operacional, PHP (se usado com Plone) ou Python para novos releases; Revisão de SEO/Design(Otimização para Mecanismos de Busca): Fazer uma auditoria completa do layout e da estratégia de conteúdo.

5.27 Do Fator Crítico de Segurança

5.27.1 As atualizações críticas de segurança (patches) do Plone, Zope ou Python devem ser aplicadas imediatamente pela Contratada, fora de qualquer cronograma, assim que forem lançadas e testadas em um ambiente de homologação. Segurança sempre anula o calendário.

5.27.2 A Contratada deverá disponibilizar profissional qualificado para a realização do suporte técnico, tendo em vista que se trata de questão crítica da manutenção do site que geralmente se divide em rotinas de resposta rápida e comunicação contínua, garantindo que o portal se recupere rapidamente de falhas e que a CMU seja sempre informada.

5.27.3 As rotinas de suporte que a Contratada deve realizar incluem:

5.28 Do Suporte Técnico e Resposta a Incidentes

5.28.1 Estas rotinas focam na reação a problemas técnicos, garantindo o mínimo tempo de inatividade.



CÂMARA MUNICIPAL UBERLÂNDIA

Procuradoria Seção de Editais e Contratos

Rotina	Descrição	O que a Contratada deve fazer
Monitoramento Proativo	Uso de ferramentas para monitorar a disponibilidade (uptime) e o desempenho do portal em tempo real.	Ser alertada instantaneamente sobre qualquer falha (site fora do ar, erro grave 5xx) e iniciar a correção de imediato, mesmo sem um chamado do cliente.
Priorização de Chamados (Triagem)	Classificar as solicitações de suporte com base na gravidade do problema.	Definir o impacto (Ex: "Crítico" - site fora do ar; "Alto" - funcionalidade principal quebrada; "Normal" - erro visual).
Resposta e Resolução Rápida (SLA)	Manter os tempos de resposta e resolução definidos no Acordo de Nível de Serviço (SLA).	Garantir que chamados críticos (site fora do ar) tenham um tempo de resposta de minutos e uma resolução em poucas horas (conforme o SLA).
Registro de Incidentes	Documentar cada problema, a causa raiz e as medidas corretivas tomadas.	Manter um histórico detalhado que pode ser consultado pela CMU e usado para análises preventivas futuras.
Recuperação de Desastres	Utilizar os backups realizados na rotina de manutenção para restaurar o portal após uma falha grave.	Testar a rotina de restauração periodicamente para garantir que os backups estejam válidos e que o tempo de inatividade seja o mínimo possível.

5.29 Da Comunicação e Atendimento

5.29.1 Essas rotinas estabelecem como a contratada interage com a CMU.

Rotina	Descrição	O que a Contratada deve fazer
Canais de Suporte Claros	Disponibilizar formas claras e acessíveis para abertura de chamados.	Oferecer múltiplos canais (e-mail, telefone de emergência, sistema de tickets) e garantir que o canal de emergência seja monitorado 24/7 (se contratado).
Comunicação Transparente	Informar à Contratante sobre o status de um chamado desde a abertura até a resolução.	Enviar notificações sobre o recebimento do chamado, o diagnóstico do problema, o status do reparo e a confirmação da resolução.

Rotina	Descrição	O que a Contratada deve fazer
Consultoria Técnica	Auxiliar a Contratante em dúvidas sobre o uso do CMS ou sobre novas funcionalidades.	Ter uma equipe disponível para dar orientações e treinamentos básicos, evitando que pequenos erros operacionais se tornem grandes problemas.
Feedback e Melhoria	Coletar a satisfação da CMU em relação ao serviço de suporte prestado.	Realizar pesquisas de satisfação ou ter um processo para receber feedback a fim de aprimorar a qualidade do atendimento e das rotinas de manutenção.

5.29.2 Definição do Acordo de Nível de Serviço (SLA) para Manutenção do Portal Web

5.29.3 O serviço de suporte e manutenção do Portal Web será prestado na modalidade 24 (vinte e quatro) horas por dia, 7 (sete) dias por semana (24x7), garantindo a disponibilidade e a operação contínua da plataforma, inclusive finais de semana e feriados.

5.29.4 Para o atendimento de chamados, o Acordo de Nível de Serviço (SLA) estabelece os seguintes prazos máximos descritos abaixo, para a correção e restabelecimento dos serviços, com foco na estabilidade e evolução tecnológica.

5.29.5 Prazo Máximo para Início da Evolução Tecnológica (Tempo de Resposta/Início da Análise):

5.29.6 Para demandas classificadas como Evolução Tecnológica (incluindo correções de vulnerabilidades e adaptações de funcionalidades essenciais), o prazo máximo para o início da análise e planejamento da solução é de 4 (quatro) horas, a partir do registro formal do chamado.

5.29.7 Prazo Máximo para Resolução Definitiva (Tempo de Resolução):

5.29.8 Para quaisquer falhas que comprometam a operação do portal e para a conclusão das ações de Evolução Tecnológica críticas, o tempo máximo de resolução e aplicação da solução em ambiente de produção é de 24 (vinte e quatro) horas, a partir do registro formal do chamado.

5.29.9 Em resumo, o suporte deverá ser de qualidade, organizado que envolverá monitoramento constante, comunicação rápida e a garantia de que o portal será restaurado de forma eficiente, seguindo o que é exigido neste TR e no Edital.

5.30 Da Documentação e Acordo Contratual

5.30.1 O primeiro passo é ter um contrato ou proposta de serviço muito bem detalhado.

5.30.2 Definição do Escopo (SLA): O contrato (ou Acordo de Nível de Serviço - SLA) deve listar exatamente quais tarefas serão executadas (ex: atualização de plugins, verificação de segurança,

correção de links quebrados), a frequência (diária, semanal, mensal) e o tempo de resposta esperado para correções emergenciais.

- 5.30.3** Checklists de Manutenção: Exija que a empresa forneça checklists (listas de verificação) detalhadas das tarefas realizadas. Por exemplo: "Backup completo do banco de dados realizado: sim/não", "Todos os plugins atualizados: lista de plugins e versões".

5.31 Dos Relatórios de Manutenção Periódicos

- 5.31.1** A empresa contratada deve entregar relatórios mensais que comprovem a execução das tarefas e o desempenho do portal. Deverão detalhar as ações tomadas, quanto às:
- 5.31.2** Atualizações realizadas, identificando quais plugins/temas foram atualizados e em qual data;
- 5.31.3** Demonstração da segurança implementada, resultados de varreduras de segurança, lista de ameaças bloqueadas ou vulnerabilidades corrigidas.

5.32 Da Rotina de Backup

- 5.32.1** A Contratada deverá criar rotinas de backup seguros, confiáveis e eficientes no ecossistema Plone/Zope, focando na captura dos arquivos do sistema e do Banco de Dados de Objetos ZODB, cujo volume atual é de 400GB.

5.33 Da Execução e Automação (Frequência Alta)

- 5.33.1** A Contratada deverá garantir que as cópias de segurança sejam feitas de forma contínua e automatizada.

Rotina	Frequência	Detalhes e Ações
Backup Completo (Full)	Semanal (Mínimo)	Criação de uma cópia completa de todos os arquivos do sistema (código, temas, configurações) e do Banco de Dados ZODB (dados e conteúdo).
Backup Incremental/Diferencial	Diário	Captura apenas das alterações feitas no ZODB desde o último backup completo. Visando restaurações mais rápidas e economiza espaço de armazenamento.
Verificação de Log de Backup	Diário	A empresa deve confirmar que a rotina de backup (geralmente scripts Python ou ferramentas como buildout) foi concluída sem erros, visando a ocorrência de falhas silenciosas.

Rotina	Frequência	Detalhes e Ações
Notificação de Falha	Imediata	Configurar alertas automáticos para notificar imediatamente a equipe e a Contratante caso um backup falhe por qualquer motivo (Ex: falta de espaço em disco, erro de permissão).

5.34 Rotinas de Validação e Integridade (Foco na Recuperação)

5.34.1 A Contratada deverá criar uma rotina de validação do backup, visando validar a qualidade dos dados.

Rotina	Frequência	Detalhes e Ações
Teste de Restauração em Homologação	Mensal	A contratada deve restaurar uma cópia do backup mais recente no ambiente de homologação/teste, comprovando que os dados estão intactos e que o portal funciona após a restauração.
Verificação de Integridade do ZODB	Mensal	Usar ferramentas específicas do Zope/Plone para verificar se o ZODB está saudável e sem objetos corrompidos ou erros de timestamp.
Simulação de Desastre	Trimestral	Simular um cenário crítico (Ex: perda total do servidor) para testar a velocidade e a eficácia do processo de recuperação, garantindo o cumprimento do Tempo de Recuperação Objetivo (RTO).
Auditoria do Ciclo de Vida do Backup	Semestral	Revisar todo o processo, desde a execução até o arquivamento, para garantir que as políticas de retenção e segurança estejam sendo seguidas.

5.35 Rotinas de Armazenamento e Segurança (Proteção dos Dados)

5.35.1 A Contratada deverá criar metodologia de armazenamento dos backups por meio das regras 3-2-1:

5.35.2 A contratada deve seguir este princípio:

5.35.3 3 cópias dos dados (original + 2 backups); em

5.35.4 2 tipos diferentes de mídia (Ex: disco local e cloud); e

5.35.5 1 cópia fora do local (armazenamento em nuvem ou em um datacenter geograficamente separado).

5.35.6 A Contratada deverá prever que o armazenamento seja imutável, utilizando, quando possível, serviços de cloud que oferecem armazenamento imutável (onde o backup não pode ser alterado ou criptografado por ransomware), protegendo-o contra ataques.

5.35.7 A Contratada deverá utilizar método de criptografia, garantindo que os backups armazenados fora do ambiente de produção estejam criptografados para proteger a confidencialidade dos dados em trânsito e em repouso.

5.35.8 A contratada deverá criar credenciais visando restringir o acesso aos repositórios de backup, que devem estar acessíveis apenas ao pessoal de manutenção de segurança do mais alto nível. **O servidor web** nunca deve ter acesso direto de escrita no repositório de backup externo.

5.35.9 A Contratada deverá criar uma política de retenção, definindo por quanto tempo cada backup deve ser mantido, visando atender as regulamentações de dados.

5.36 PRAZO DE VIGÊNCIA E EXECUÇÃO:

5.37 Vigência Contratual: O contrato terá vigência a partir da última assinatura digital válida, pelo período de 12 meses, podendo ser prorrogado por meio de Termo Aditivo, mediante acordo entre as partes, nos termos do artigo 107 da Lei Federal n.º 14.133 de 01/04/2021.

5.38 Das Execuções:

5.38.1 Serviço Contínuo ITEM 02: O início do serviço está previsto para Janeiro de 2026.

5.38.2 Fase de Migração ITEM 01: O início do serviço está previsto para Janeiro de 2026. Considerando que o portal precisa migrar de Plone 4.3 (Python 2.7) para a versão moderna Plone 6 (Python 3), o projeto é uma migração big bang (com grandes mudanças simultâneas) e não apenas uma atualização incremental.

5.38.3 Do Prazo para a Fase de Migração: deverá ser de até 4 (quatro) meses no total, dividido nas seguintes etapas:

Etapas da Migração	Prazo Estimado	Justificativa
1. Planejamento e Arquitetura	4 semanas	Envolve a análise detalhada do código customizado atual (<i>add-ons</i>), a definição da arquitetura do Plone 6 (blocos, tipos de conteúdo), e o mapeamento da migração de dados (Archetypes para Dexterity). É a base do projeto.



CÂMARA MUNICIPAL UBERLÂNDIA

Procuradoria Seção de Editais e Contratos

Etapa da Migração	Prazo Estimado	Justificativa
2. Migração de Código e Ambiente	6 semanas	É a parte mais intensiva. Inclui a instalação do novo ambiente Python 3/Plone 6, a reescrita ou adaptação de todo o código customizado da Câmara para compatibilidade com Python 3 e Plone 6.
3. Migração de Dados e Conteúdo	2 semanas	Transferência do conteúdo histórico (notícias, documentos) do Plone 4.3 para o Plone 6.
4. Desenvolvimento do Novo Layout	4 semanas	Estudo, desenvolvimento e implementação do novo tema visual (responsivo e acessível) no Plone 6, integrando-o às novas funcionalidades e aos padrões de acessibilidade.
5. Testes (UAT) e Go-Live	3 semanas	Período vital para testes de aceitação do usuário (UAT), correção final de <i>bugs</i> e a preparação do plano de implantação para colocar o novo portal em produção.

5.38.4 O prazo de 4 meses é uma estimativa para um projeto de complexidade média, que deverá ser detalhado no cronograma a ser apresentado pela Contratada, seguindo as etapas, com marcos claros para a fiscalização.

5.38.5 Os prazos mencionados acima poderão ser prorrogados em até 30 (trinta) dias, mediante pedido justificado da Contratada.

5.39 O pagamento pelos serviços contínuos prestados – ITEM 02 - será efetuado por mês de competência fechado, mediante liquidação, no mês subsequente à execução, após a devida comprovação da prestação dos serviços, apresentação da nota fiscal/fatura correspondente e atesto pela fiscalização do contrato, observando-se as disposições da Lei n.º 14.133/21 e IN n.º 005/2017 e demais normas aplicáveis, bem como critérios definidos no item 11 do Termo de Referência.

5.39.1 O pagamento pelo serviço de Migração (atualização de Versões da plataforma) – ITEM 01 - ocorrerá em parcela única, após a efetiva conclusão de todas as etapas de migração e colocação do novo portal em produção, conforme definições estabelecidas na tabela do subitem 5.37.3

5.39.2 Item 02 – Dos Serviços Contínuos: A Contratada assume **integralmente a responsabilidade** pela manutenção ininterrupta (24x7) **do atual Portal Web da CMU**, garantindo a plena

funcionalidade de todos os seus recursos. Este compromisso de suporte será mantido **durante todo o período de migração** do software de criação e disponibilização do website (baseado em Python, Plone e Zope), **migrado o portal**, a Contratada seguirá responsável pela prestação dos serviços de manutenção corretiva e evolutiva (suporte 24x7) na **nova plataforma atualizada**.

6. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

6.1 Do parcelamento: não se aplica à presente contratação por tratarem-se de serviços interrelacionados.

6.2 Não será admitida a subcontratação total ou parcial do objeto.

6.3 Não haverá exigência da garantia de execução do contrato (§ 1º art. 96 ou § 3º art. 121 da Lei nº 14.133/2021), caução em dinheiro ou em títulos da dívida, seguro-garantia, fiança bancária e título de capitalização, uma vez que, nas relações comerciais recentes de contratações semelhantes, não ocorreram prejuízos advindos do não cumprimento do objeto, nem prejuízos diretos causados à Administração decorrentes de culpa ou dolo durante a execução do contrato; bem como multas moratórias e punitivas aplicadas pela Administração; e ainda obrigações trabalhistas e previdenciárias de qualquer natureza, não adimplidas pelos fornecedores.

6.4 Os serviços contratados, que englobam o Projeto de Migração (Fase 1) e o Serviço contínuo de Manutenção, Suporte, Atualização, Segurança e Backup, serão executados prioritariamente na modalidade remota.

6.5 A execução remota será utilizada para todas as rotinas que permitam o atendimento e o desenvolvimento à distância, incluindo a maior parte das atividades de programação, atualizações, correções de bugs, monitoramento de segurança, backups e suporte técnico (help desk). Esta modalidade visa garantir a agilidade e a eficiência da prestação de serviço, sem prejuízo da qualidade.

6.5.1 Não obstante a prioridade remota, a empresa contratada deverá prever e estar apta a realizar a execução dos serviços na modalidade presencial quando houver necessidade técnica ou operacional, a critério da Câmara e mediante convocação formal do Fiscal do Contrato.

6.6 A modalidade presencial será obrigatória para:

6.6.1 Reuniões de planejamento inicial da migração, quando exigidas.

6.6.2 Testes de Aceitação do Usuário (UAT) e Treinamentos da equipe interna, conforme o cronograma da Fase 1.

6.6.3 Resolução de incidentes críticos ou falhas de segurança que não puderem ser solucionadas remotamente, exigindo intervenção in loco na infraestrutura da Câmara.

6.7 Quando acionada para a execução presencial, a equipe técnica deverá se apresentar no endereço da sede da Câmara Municipal de Uberlândia: Avenida João Naves de Ávila, 1617, Bairro Santa Maria, Uberlândia

- Minas Gerais. Os custos de deslocamento, hospedagem e alimentação são de inteira responsabilidade da empresa contratada e devem estar inclusos no preço global da proposta.

6.8 DO LOCAL DE INSTALAÇÃO E SUPERVISÃO: Câmara Municipal de Uberlândia - Av. João Naves de Ávila, 1617, Bairro: Santa Mônica - Uberlândia/MG, CEP: 38408-144, supervisionado pelo Departamento de Informática.

6.9 Da Vistoria:

6.9.1 A avaliação prévia do local de execução dos serviços é facultativa, e propicia aos licitantes obterem, para sua própria utilização e por sua exclusiva responsabilidade, toda a informação necessária à elaboração da proposta, assegurando ao interessado o direito de realização de vistoria prévia, acompanhado por servidor designado para esse fim.

6.9.2 Os proponentes que desejarem realizar a vistoria/visita técnica poderão agendar pelo e-mail: compras@camarauberlandia.mg.gov.br ou telefones (34) 3239-1137, 3239-1194 e 3239-1196, no horário de 08:00h as 12:00h e das 14:00 às 17:00h de segunda a sexta-feira, em dias úteis. A visita poderá ser efetuada por um responsável da empresa, até 24 horas antes da data marcada para abertura do pregão.

6.9.3 Serão disponibilizados data e horário diferentes aos interessados em realizar a vistoria prévia.

6.9.4 O representante legal da empresa ou responsável técnico deverá estar devidamente identificado, apresentando documento de identidade civil e documento expedido pela empresa em papel timbrado, com CNPJ e razão social, contendo seu nome, CPF e função que o mesmo ocupa na empresa.

6.9.5 Após a realização da vistoria/visita técnica será fornecido ao representante da proponente, o Termo de Visita/Vistoria Técnica declarando a visita do licitante e recolhendo a ciência do mesmo sobre os aspectos relevantes à execução do objeto da contratação.

6.9.6 A não realização da vistoria não poderá embasar posteriores alegações de desconhecimento das instalações, dúvidas ou esquecimentos de quaisquer detalhes dos locais da prestação dos serviços, devendo o contratado assumir os ônus dos serviços decorrentes.

6.10 Da Garantia:

6.10.1 O prazo de garantia contratual dos serviços deverá ser observado enquanto perdurar o contrato, bem como deverá observar o estabelecido na Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990. A garantia será de 30 dias para os serviços não duráveis e 90 dias para os serviços duráveis - artigos 18 e 26 do Código de Defesa do Consumidor.

6.10.2 São impróprios os serviços que se mostrem inadequados para os fins que razoavelmente deles se esperam, bem como aqueles que não atendam às normas regulamentares de prestabilidade.

- 6.10.3** Uma vez notificado, o Contratado realizará a reparação ou reexecução dos serviços que apresentarem vício ou defeito no prazo de até 05 (cinco) dias úteis, contados a partir da data da notificação emitida pelo Departamento de Informática.
- 6.10.4** O prazo indicado no subitem anterior, durante seu transcurso, poderá ser prorrogado uma única vez, por igual período, mediante solicitação escrita e justificada do Contratado, aceita pelo Contratante.
- 6.10.5** A garantia será prestada com vistas a manter os serviços contratados em perfeitas condições de uso, sem qualquer ônus ou custo adicional para o Contratante.

7 GESTÃO DO CONTRATO

7.1 O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

7.2 Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.

7.3 A Contratante e a Contratada devem realizar registro por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

7.4 A Câmara poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

7.5 Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente, o Departamento Requisitante poderá convocar o representante da empresa contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução da Contratada, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.

7.6 A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo fiscal do contrato. ([art. 117, caput](#) da Lei 14.133, de 2021)

7.7 COMPETE AO FISCAL DO CONTRATO:

7.7.1 Acompanhar a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Câmara Municipal.

7.7.2 Anotar no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados. ([Lei nº 14.133 de 2021, art. 117, §1º](#))

7.7.3 Identificar qualquer inexecução ou irregularidade e emitir notificação para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção.

- 7.7.4 Informar ao gestor do contato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso.
- 7.7.5 Comunicar ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade.
- 7.7.6 Acompanhar a manutenção das condições de habilitação da Contratada, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário.
- 7.7.7 Caso ocorra descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência.

7.8 Cabe ao gestor do contrato:

- 7.8.1 Coordenar e atualizar o processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração.
- 7.8.2 Acompanhar a manutenção das condições de habilitação da Contratada, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotar os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais.
- 7.8.3 Acompanhar os registros realizados pelos fiscais do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência.
- 7.8.4 Tomar providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela Comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133 de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso.

8 CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E PAGAMENTO

8.1 Do recebimento:

- 8.1.1 Os serviços serão recebidos PROVISORIAMENTE pelo(a) responsável ao acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta.
- 8.1.2 Os serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, inclusive antes do recebimento provisório, quando em desacordo com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de 05 (cinco) dias úteis, a contar da notificação da Contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

- 8.1.3** O recebimento DEFINITIVO ocorrerá no prazo de 05 (dias) dias úteis, a contar do recebimento da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente pela Administração, após a verificação da qualidade e quantidade do objeto e consequente aceitação mediante termo detalhado.
- 8.1.4** O prazo para recebimento definitivo poderá ser excepcionalmente prorrogado, de forma justificada, por igual período, quando houver necessidade de diligências para a aferição do atendimento das exigências contratuais.
- 8.1.5** O prazo para a solução pelo Contratado, de inconsistências na execução do objeto ou de saneamento da nota fiscal ou de instrumento de cobrança equivalente, verificadas pela Câmara durante a análise prévia à liquidação de despesa, não será computado para os fins do recebimento definitivo.
- 8.1.6** O não cumprimento do disposto nos subitens 8.1.2 a 8.2.5 e 8.2.11 acarretará a aplicação de penalidades previstas no edital e a convocação do fornecedor subsequente considerando a ordem de classificação do certame.

8.2 Da forma de pagamento:

- 8.2.1 O pagamento pelos serviços contínuos prestados – ITEM 02** - será efetuado por mês de competência fechado, mediante liquidação, no mês subsequente à execução, após a devida comprovação da prestação dos serviços, apresentação da nota fiscal/fatura correspondente e atesto pela fiscalização do contrato, observando-se as disposições da Lei n.º 14.133/21 e IN n.º 005/2017 e demais normas aplicáveis, bem como critérios definidos no item 11 do Termo de Referência.
- 8.2.2 O pagamento pelo serviço de Migração (atualização de Versões da plataforma) – ITEM 01** - ocorrerá em parcela única, após a efetiva conclusão de todas as etapas de migração e colocação do novo portal em produção, conforme definições estabelecidas na tabela do subitem 5.37.3.
- 8.2.3** O pagamento será efetuado ao Contratado em até 5 (cinco) dias após a liquidação da Nota Fiscal.
- 8.2.4** Para fins do devido pagamento a Contratada deverá fazer juntada à Nota Fiscal, o TERMO DE EXECUÇÃO DO SERVIÇO, bem com prova de cumprimento da regularidade fiscal e trabalhista, com a apresentação das certidões negativas exigidas no Edital, devidamente atualizadas.
- 8.2.5** Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal ou dos documentos pertinentes à Contratação, ou ainda, circunstância que impeça a liquidação da despesa, o pagamento ficará sobrestado até que a Contratada providencie a regularização. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a comprovação da regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para a Contratante.
- 8.2.6** O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado.
- 8.2.7** Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

- 8.2.8** Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.
- 8.2.9** Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.
- 8.2.10** O Contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da [Lei Complementar nº 123, de 2006](#), não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.
- 8.2.11** Constatando-se, a situação de irregularidade do contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do contratante.
- 8.2.12** Persistindo a irregularidade, o Contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao Contratado a ampla defesa.

9 FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR

9.1 O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de LICITAÇÃO, na modalidade PREGÃO, sob a forma ELETRÔNICA, com adoção do critério de julgamento pelo MENOR PREÇO GLOBAL.

9.2 Para fins de habilitação, deverá o licitante comprovar os requisitos descritos abaixo.

9.3 HABILITAÇÃO JURÍDICA:

- 9.3.1** Empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;
- 9.3.2** Microempreendedor Individual, Certificado da Condição de Microempreendedor Individual, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio www.portaldoempreendedor.gov.br;
- 9.3.3** Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada: inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;
- 9.3.4** Sociedade empresária estrangeira com atuação permanente no País: decreto de autorização para funcionamento no Brasil;
- 9.3.5** Sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores.

9.3.6 Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

9.4 HABILITAÇÕES FISCAL, SOCIAL E TRABALHISTA:

9.4.1 Prova de inscrição no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ);

9.4.2 Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de Certidão Negativa de Débitos relativos a Créditos Tributários Federais e à Dívida Ativa da União (CND);

9.4.3 Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

9.4.4 Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT);

9.4.5 Prova de regularidade com as Fazendas Estadual, Distrital e Municipal do domicílio ou sede do contratado;

9.4.6 Prova de regularidade fiscal para com a Fazenda Municipal de Uberlândia para todos licitantes - domiciliados em Uberlândia ou não, fornecido pelo site da Prefeitura de Uberlândia, em que conste o CNPJ da licitante com a devida informação de que não está cadastrada (cadastro inexistente) ou não possui débitos. Os licitantes com cadastro inexistente no município de Uberlândia, deverá ser apresentada a impressão da tela do sítio da Prefeitura com a devida informação.

9.5 HABILITAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA:

9.5.1 Certidão Negativa de Falência e Recuperação Judicial, expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica, ou de Insolvência Civil, expedida no domicílio da pessoa física.

9.6 QUALIFICAÇÃO TÉCNICO-PROFISSIONAL:

9.6.1 Comprovação de aptidão para execução de serviço de complexidade tecnológica e operacional pertinente e compatível com o objeto desta contratação, que especifique as tecnologias Plone, Zope e Python, contendo descrição adequada, clara e suficiente do(s) serviço(s) executado(s) ou em execução, incluindo suporte e manutenção, por meio da apresentação de certidões ou atestados, por pessoas jurídicas de direito público ou privado, ou regularmente emitido(s) pelo conselho profissional competente, quando for o caso.

9.6.2 A licitante deverá apresentar atestado de capacidade técnica que comprove a experiência da empresa em entregar serviços ou produtos relacionados a essas plataformas.

9.6.3 Os atestados de capacidade técnica mencionados neste Termo de Referência devem ainda:

9.6.4 Evidenciar explicitamente a execução de objeto compatível ao objeto da presente licitação – contendo descrição adequada, clara e suficiente do(s) serviço(s) executado(s) ou em execução;

9.6.5 Conter a identificação do(s) contrato(s) vinculado(s) e do(s) período(s) a que se referem os serviços executados, podendo considerar contratos já executados ou em execução;

- 9.6.6** Ser fornecidos por pessoas jurídicas de direito público ou privado;
- 9.6.7** Ser emitidos sem rasuras, acréscimos ou entrelinhas;
- 9.6.8** Estar assinados por quem tenha competência para expedi-los, tais como representantes legais do órgão/empresa, diretores, gerentes e representantes formais das áreas técnica ou demandante (sem se limitar a esses);
- 9.6.9** Conter identificação clara e suficiente do Atestante;
- 9.6.10** Apresentar redação clara, sucinta e objetiva que demonstre de forma inequívoca o atendimento ao objeto da requisição.
- 9.6.11** A critério da Câmara Municipal de Uberlândia, nas situações em que julgar necessário, poderão ser realizadas inspeções e diligências com a finalidade de entender, esclarecer e/ou comprovar as informações contidas no(s) atestados de capacidade técnica entregue(s).
- 9.6.12** Assim como poderão ser solicitadas cópias de documentos complementares como contratos, notas fiscais e notas de empenho. Porém, não serão executadas diligências para acrescentar informações obrigatórias ausentes no(s) atestado(s) apresentado(s).
- 9.6.13** A eventual recusa do(s) emitente(s) do(s) atestado(s) em prestar esclarecimentos e/ou fornecer documentos comprobatórios, ou sofrer diligências, ou a constatada inexatidão das informações atestadas, desconstituirá o(s) atestado(s) – o que poderá, inclusive, configurar prática criminosa, ensejando comunicação ao Ministério Público e abertura de Processo Administrativo Disciplinar, conforme o caso, para fins de apuração de responsabilidades.
- 9.6.14** No caso de atestados emitidos por empresas privadas, não serão admitidos aqueles emitidos por empresas pertencentes ao mesmo grupo empresarial da empresa proponente. São consideradas como pertencentes ao mesmo grupo empresarial as empresas controladas ou controladoras da Contratada proponente, ou que tenha pelo menos uma mesma pessoa física ou jurídica que seja sócia ou possua vínculo com a empresa emitente.
- 9.6.15** Convém destacar que, na análise dos atestados de capacidade técnica, o contratante primará pela finalidade precípua da exigência, qual seja a demonstração de que os licitantes possuem condições técnicas para executar o objeto pretendido pela Contratante caso venha a sagrar-se vencedor da licitação. Assim, preservada a aderência aos ditames legais e constitucionais fundamentais, o exame documental balizar-se-á nos princípios da razoabilidade, da proporcionalidade e do formalismo moderado – o que não significa que serão admitidos quaisquer informalismos.

10 DECLARAR EM CAMPO PRÓPRIO DO COMPRAS.GOV:

- 10.1** Declaração de idoneidade e ausência de fato impeditivo para licitar com o poder público.

10.2 Declaração atestando que não utiliza mão de obra direta ou indireta de menores (conforme Art. 7º, inciso XXXIII, da Constituição Federal).

10.3 Declaração de estar ciente que se enquadra em um dos dois regimes, na forma do disposto da Lei Complementar nº 123, de 14/12/2006.

11 PARA ACEITAÇÃO DA PROPOSTA SERÁ CONSULTADO ESPECIALMENTE QUANTO À EXISTÊNCIA DE SANÇÃO QUE IMPEÇA A PARTICIPAÇÃO NO CERTAME OU A FUTURA CONTRATAÇÃO, MEDIANTE A CONSULTA AOS SEGUINTE CADASTROS:

11.1 Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/ceis>);

11.2 Cadastro de fornecedores Impedidos de Licitar e Contratar com o município de Uberlândia - CADUDI.

11.3 Sistema de Cadastro Unificado de Fornecedores- SICAF - Relatório de Ocorrências Impeditivas de Licitar.

12 ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

12.1 As despesas decorrentes da presente contratação, serão adimplidas com recursos da dotação orçamentária, determinada pelo Departamento de Contabilidade e Orçamento na Solicitação de Compra: 01.122.2258.7005 manutenção dos serviços administrativos Ficha 27604 – 3.3.90.40 Serviços de Tecnologia da Informação e Comunicação PJ – 08 – Suporte de Infraestrutura de TIC - 04 – manutenção de Software.

UBERLÂNDIA, 03 de dezembro de 2025.

Alcides Neto Feliciano Fernandes
DIRETOR DEPARTAMENTO DE INFORMÁTICA

Liza Fernandes Prado
1ª SECRETARIA ORDENADORA DE DESPESA

ANEXO II - PROPOSTA DE PREÇOS

Câmara Municipal de Uberlândia – Av. João Naves de Ávila, 1617 – Br. Santa Mônica – Uberlândia/MG
Ref.: Processo nº 043/2025, Pregão Eletrônico 90022/2025 e Protocolo de nº.: 7412 de 15/10/2025.

DADOS DA EMPRESA – PREENCHIMENTO PELO PROPONENTE			
Razão Social:			
CNPJ:		Inscrição Estadual:	
Endereço:			
Bairro:			CEP:
Cidade:			UF:
Telefone/Fax:		E-mail:	
Banco:	Agência:	Conta-Corrente:	
DADOS DO REPRESENTANTE LEGAL			
Nome completo:			
Estado civil:		Nacionalidade:	
Identidade:		CPF:	

Prezados Senhores,

Apresentamos a nossa Proposta para serviços técnicos especializados para a Migração do portal da Câmara Municipal de Uberlândia (atualmente em Plone 4.3, Zope 2.13 e Python 2.7) para a versão mais atualizada e estável do Plone/Python 3, e a prestação de serviços contínuos de Manutenção, Suporte, Atualização, Segurança e Backup., conforme condições e exigências estabelecidas no Edital de Licitações, descrita abaixo:

Item	Especificação dos serviços	Unid. de Medida	Qtde.	Valor Unit.	Valor total
01	Manutenção preditiva (migração), visando a versão mais atualizada e estável do software do portal website da Câmara Municipal de Uberlândia na Internet, compreendidos por sistema operacional Ubuntu Server, servidor web Apache, Python, Zope, servidor de streaming e configuração Youtube, CMS Plone, firewall, IDS e rotinas de backup, objetivando otimização de recursos de hardware, aplicação de patches de segurança, ajustes de layout, incorporação de recursos de acessibilidade e intérprete de libras.	SERVIÇO	01	R\$	R\$



**CÂMARA MUNICIPAL
UBERLÂNDIA**

**Procuradoria
Seção de Editais e Contratos**

02	Serviço contínuo de Manutenção, Suporte, Atualização, Segurança e Backup do portal website da Câmara Municipal de Uberlândia na Internet, compreendidos por sistema operacional Ubuntu Server, servidor web Apache, Python, Zope, servidor de streaming e configuração Youtube, CMS Plone, firewall, IDS. Suporte 24x7 da solução durante a vigência contratual, com prazo de 4 horas para atendimento e 24 horas para resolução. O suporte poderá ser efetuado por email, help desk, remotamente e/ou atendimento presencial quando necessário. Realização de backup remoto.	MÊS	12	R\$	R\$
VALOR GLOBAL: R\$...(..)					

- a) Os preços contidos na proposta incluem todos os custos e despesas, tais como, custos diretos e indiretos, tributos incidentes, taxas de administração e outras, materiais, serviços, encargos sociais e trabalhistas, seguros, lucro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto deste Edital e seus Anexos.
- b) Prazo de validade da proposta, de, no mínimo 90 (sessenta) dias, contados da data da abertura da sessão pública.
- c) Declaro ter ciência que os itens serão fornecidos conforme o disposto no Termo de Referência.
- d) **Declaro que tenho conhecimento do prazo de execução** estabelecido no Termo de Referência.
- e) Concordamos com todas as informações contidas nos anexos deste Edital.

Local,de.....de 2026

ANEXO - III

MINUTA DE CONTRATO DE Nº.: XXXX/2026

Instrumento Contratual que entre si celebram a CÂMARA MUNICIPAL DE UBERLÂNDIA e a empresa XXXXX.

Pelo presente instrumento, que entre si celebram a **CÂMARA MUNICIPAL DE UBERLÂNDIA**, com sede nesta cidade, na Av. João Naves de Ávila, 1617, bairro Santa Mônica, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 20.720.165/0001-45, neste ato representada pelo seu Presidente **Rosivaldo Correia de Mendonça**, brasileiro, agente político, inscrito no CPF/MF sob o nº **.117.026**e **e pela 1ª Secretária Ordenadora de Despesas, **Liza Fernandes Prado**, brasileira, agente política, inscrita no CPF sob o nº ***.852.801***, ambos residentes e domiciliados nesta cidade, doravante denominada simplesmente **CONTRATANTE**, e de outro, empresa sediada em....., à, inscrita no CNPJ/MF sob o nº, neste ato representada por, residente e domiciliado em....., inscrito no CPF/MF sob o nº, doravante denominada **CONTRATADA**, pactuam o presente contrato, conforme quantidades e especificações mínimas do Edital e seus Anexos atendendo ao disposto nos termos das Cláusulas seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DOS FUNDAMENTOS

1.1 O presente instrumento contratual decorre da Licitação realizada na modalidade **Pregão Eletrônico nº 90022/2025, Processo nº 043/2025, Protocolo sob nº 7412 de 15/10/2025 homologado em .../.../...**, do tipo **“menor preço global do lote”** atendendo o disposto na Lei Complementar 123/2006, 147/2014, alterações e legislações correlatas, aplicando-se subsidiariamente a Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021 e suas alterações e Portaria 205 de 2023 da Câmara Municipal de Uberlândia-MG.

CLÁUSULA SEGUNDA – DO OBJETO

2.1 **Constitui objeto deste instrumento** a prestação de serviços técnicos especializados para a Migração do portal da Câmara Municipal de Uberlândia (atualmente em Plone 4.3, Zope 2.13 e Python 2.7) para a versão mais atualizada e estável do Plone/Python 3, e a prestação de serviços contínuos de Manutenção, Suporte, Atualização, Segurança e Backup para o departamento requisitante, conforme o Edital Pregão Eletrônico 90022/2025 e seus Anexos, na Proposta vencedora e na forma prevista no Anexo I – Termo de Referência do respectivo Edital.

2.2 Vinculam esta contratação, independentemente de transcrição:

2.2.1 O Termo de Referência;

2.2.2 O Edital da Licitação;

2.2.3 A proposta do Contratado;

2.2.4 Eventuais anexos dos documentos supracitados.

CLÁUSULA TERCEIRA - VIGÊNCIA E PRORROGAÇÃO

3.1 A vigência contratual terá início a partir da última assinatura digital válida, pelo período de 12 (doze) meses, podendo ainda ser prorrogado na forma do artigo 107 da Lei 14.133/2021, observadas as diretrizes previstas na legislação.

3.2 O contratado não tem direito subjetivo à prorrogação contratual.

3.3 A prorrogação de contrato deverá ser promovida mediante celebração de termo aditivo.

3.4 O contrato não poderá ser prorrogado quando o contratado tiver sido penalizado nas sanções de declaração de inidoneidade ou impedimento de licitar e contratar com poder público, observadas as abrangências de aplicação.

3.5 Os contratos com indicação de vigência a partir de sua assinatura devem ter o marco inicial fixado somente após colhidas todas as assinaturas digitais dos signatários.

CLÁUSULA QUARTA – EXECUÇÃO E GESTÃO CONTRATUAIS (art. 92, IV, VII e XVIII)

4.1 O regime de execução contratual, os modelos de gestão e de execução, assim como os prazos e condições de conclusão, entrega, garantias dos produtos, recebimento do objeto e recebimento definitivo constam no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

4.2 O recebimento definitivo dos itens licitados, não exclui a responsabilidade da Contratada pelos prejuízos resultantes da incorreta execução do contrato.

CLÁUSULA QUINTA – SUBCONTRATAÇÃO

5.1 Não será admitida a subcontratação do objeto contratual, tendo em vista que sua execução exige conhecimentos técnicos especializados e o domínio de metodologias específicas, cuja responsabilidade recai diretamente sobre a contratada.

CLÁUSULA SEXTA – PREÇO (art. 92, V)

6.1 O valor mensal corresponde a R\$.....

6.2 O valor global estimado da contratação é de R\$..... (....), conforme discriminado no quadro a seguir:

(colar aqui a proposta vencedora conforme o anexo II)

6.2 No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

CLÁUSULA SÉTIMA - PAGAMENTO (art. 92, V e VI)

7.1 O prazo para pagamento ao contratado e demais condições a ele referentes encontram-se definidos no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

CLÁUSULA OITAVA – DO EQUILÍBRIO ECONÔMICO E FINANCEIRO

8.1 A Administração Pública assegurará a manutenção das condições efetivas da proposta, garantindo a preservação do equilíbrio econômico-financeiro inicial do contrato, em estrita conformidade com o art. 6º, LVIII, art.92, § 3º e art. 131, §4º, Lei 14.133/21.

8.2 Para o reajuste de preços será observado:

8.2.1 Os preços inicialmente contratados são fixos e irredutíveis no prazo de 12 meses;

8.2.2 Após 12 meses de vigência contratual, **será admitido o reajuste** visando à manutenção do equilíbrio econômico-financeiro do valor, por meio da recomposição da perda do poder aquisitivo da moeda;

8.2.3 O reajuste se dará mediante a aplicação do **INPC/IBGE - Índice Nacional de Preço ao Consumidor**, ou outro que legalmente o substitua, mediante solicitação expressa da Contratada. (reajustamento em sentido estrito).

8.2.4 Para fins de apuração do índice a data-base para contagem do interregno de 12 (doze) meses para o primeiro reajuste será a **data do orçamento estimado**, qual seja, **25/11/2025**.

8.2.5 Para novos reajustes contratuais subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de 12 meses será contado a partir dos efeitos decorrentes do último termo de reajustamento de preço.

8.3 Para a revisão contratual será observado (art. 131 lei 14.133/21):

8.3.1 A **revisão é o mecanismo excepcional** para a recomposição do equilíbrio econômico-financeiro original do contrato, aplicável em caso de:

- a)** Superveniência de **fatos imprevisíveis**, ou **previsíveis, porém de consequências incalculáveis**, que acarretem onerosidade excessiva para a Contratada;
- b)** Ocorrência de **caso fortuito ou força maior**, regularmente comprovados, que afetem diretamente os custos do contrato;
- c)** Impactos decorrentes do **fato do príncipe** ou **fato da administração**, que provoquem desequilíbrio substancial na equação contratual.

8.3.1.1 A revisão não está vinculada a periodicidade e pode ser pleiteada a qualquer tempo, desde que comprovado o desequilíbrio e o nexo de causalidade entre o evento e a onerosidade excessiva;

8.3.1.2 A revisão contratual será formalizada pôr termo aditivo, após a análise e a aprovação da administração.

8.4 É vedada a inclusão, por ocasião da repactuação, de benefícios não previstos na proposta inicial, exceto quando se tornarem obrigatórios por força de lei, acordo, convenção ou dissídio coletivo de trabalho.

8.5 A Administração analisará o pleito no prazo de 30 dias úteis a contar do protocolo do requerimento completo, podendo solicitar informações e documentos adicionais.

8.6 Os registros decorrentes de reajuste serão formalizados por simples apostila nos termos do art. 136 da lei 14.133/21.

CLÁUSULA NONA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE (art. 92, X, XI e XIV)

9.1 São obrigações do Contratante:

9.2 Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo Contratado, de acordo com o contrato e seus anexos;

9.3 Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência;

9.4 Notificar o Contratado, por escrito, sobre vícios, defeitos ou incorreções verificadas no objeto fornecido, para que seja por ele substituído, reparado ou corrigido, no total ou em parte, às suas expensas;

9.5 Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato e o cumprimento das obrigações pelo Contratado;

9.6 Efetuar o pagamento ao Contratado do valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos no presente Contrato e no Termo de Referência.

9.7 Aplicar ao Contratado as sanções previstas na lei e neste Contrato;

9.8 Cientificar a procuradoria jurídica para adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento de obrigações pelo Contratado;

9.9 Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução do presente Contrato, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste.

9.10 A Administração terá o prazo de *01 (um mês)*, a contar da data do protocolo do requerimento, para decidir, admitida a prorrogação motivada, por igual período.

9.11 Responder eventuais pedidos de reestabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro feitos pelo contratado no prazo máximo de 01 (um) mês.

9.12 A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pelo Contratado com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do Contratado, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

CLÁUSULA DÉCIMA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO (art. 92, XIV, XVI e XVII)

10.1 O Contratado deve cumprir todas as obrigações constantes deste Contrato e em seus anexos, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, observando, ainda, as obrigações a seguir dispostas:

10.2 Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com o Código de Defesa do Consumidor ([Lei nº 8.078, de 1990](#));

10.3 Comunicar ao contratante, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;

- 10.4** Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal ou gestor do contrato ou autoridade superior ([art. 137, II, da Lei n.º 14.133, de 2021](#)) e prestar todo esclarecimento ou informação por eles solicitados;
- 10.5** Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os bens nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;
- 10.6** Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, bem como por todo e qualquer dano causado à Administração ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo contratante, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida, o valor correspondente aos danos sofridos;
- 10.7** Quando não for possível a verificação da regularidade no Sistema de Cadastro de Fornecedores – SICAF, o contratado deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização do contrato, junto com a Nota Fiscal para fins de pagamento, os seguintes documentos: 1) prova de regularidade relativa à Seguridade Social; 2) certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União; 3) certidões que comprovem a regularidade perante a Fazenda Estadual ou Distrital do domicílio ou sede do contratado; 4) Certidão de Regularidade do FGTS – CRF; e 5) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT;
- 10.8** Responsabilizar-se pelo cumprimento de todas as obrigações trabalhistas, previdenciárias, fiscais, comerciais e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade ao contratante e não poderá onerar o objeto do contrato;
- 10.9** Comunicar ao Fiscal do contrato, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local da execução do objeto contratual;
- 10.10** Paralisar, por determinação do contratante, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros.
- 10.11** Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas para habilitação na licitação;
- 10.12** Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;
- 10.13** Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no [art. 124, II, d, da Lei nº 14.133, de 2021](#).
- 10.14** Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança do contratante.
- 10.15** Cumprir com as garantias do produto conforme disposto no Termo de Referência.
- 10.16** A contratada deverá entregar todo o acervo do projeto físico nas dependências da CMU, incluindo o estudo técnico (Anteprojeto), bem como os Projetos Básico e Executivo, contemplando: desenhos, plantas preliminares, memorial descritivo, orçamento estimado da obra e cronograma físico-financeiro.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – GARANTIA DE EXECUÇÃO (art. 92, XII)

11.1 Não haverá exigência de garantia contratual da execução.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS (art. 92, XIV)

12.1 Comete infração administrativa, nos termos da [Lei nº 14.133, de 2021](#), o contratado que:

- a) der causa à inexecução parcial do contrato;
- b) der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- c) der causa à inexecução total do contrato;
- d) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
- e) apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;
- f) praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- g) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- h) praticar ato lesivo previsto no [art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013](#).

12.2 Serão aplicadas ao contratado que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:

- i. **Advertência**, quando o contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave ([art. 156, §2º, da Lei nº 14.133, de 2021](#));
- ii. **Impedimento de licitar e contratar**, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “b”, “c” e “d” do subitem acima deste Contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave ([art. 156, § 4º, da Lei nº 14.133, de 2021](#));
- iii. **Declaração de inidoneidade para licitar e contratar**, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “e”, “f”, “g” e “h” do subitem acima deste Contrato, bem como nas alíneas “b”, “c” e “d”, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave ([art. 156, §5º, da Lei nº 14.133, de 2021](#)).
- iv. **Multa conforme disposto no artigo 115 da Portaria 205 de 2023, da Câmara Municipal de Uberlândia, nos seguintes termos:**

12.2.1 Multa moratória de 0,33% (zero vírgula trinta e três por cento) por dia de atraso na entrega de bem ou execução de serviços, até o limite de 9,9% (nove vírgula nove por cento), correspondente a até 30 (trinta) dias de atraso, calculado sobre o valor correspondente à parte inadimplente, excluída, quando for o caso, a parcela correspondente aos impostos destacados no documento fiscal;

12.2.2 Multa administrativa de 10% (dez por cento) sobre o valor total da adjudicação da licitação ou do valor da contratação direta em caso de recusa do licitante ou futuro contratado em assinar a Ata de Registro de Preços ou contrato, ou recusar-se a aceitar ou retirar o instrumento equivalente;

12.2.3 Multa administrativa de 3% (três por cento) sobre o valor de referência para a licitação ou para a contratação direta, na hipótese de o licitante ou futuro contratado retardar injustificadamente o procedimento de contratação ou descumprir de preceito normativo ou as obrigações assumidas, tais como:

- a) deixar de entregar documentação exigida para o certame licitatório;
- b) desistir da proposta, salvo por motivo justo decorrente de fato superveniente e aceito pela Administração;
- c) tumultuar a sessão pública da licitação;
- d) descumprir requisitos de habilitação na modalidade pregão, a despeito da declaração em sentido contrário;
- e) propor recursos manifestamente protelatórios em sede de contratação direta ou de licitação;
- f) deixar de providenciar o cadastramento da empresa vencedora da licitação ou da contratação direta junto ao cadastro de fornecedores da Câmara Municipal, dentro do prazo concedido, salvo por motivo justo decorrente de fato superveniente e aceito pela autoridade competente;
- g) deixar de regularizar os documentos fiscais no prazo concedido, na hipótese de o licitante ou contratado enquadrar-se como Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte, nos termos da Lei Complementar Federal nº 123, de 14/12/06 e suas alterações;
- h) propor impugnações ou pedidos de esclarecimentos repetitivos e que já tenham sido respondidos, tumultuando a abertura do processo licitatório; e
- i) outras situações de natureza correlata.

12.2.4 Multa administrativa de 3% (três por cento) sobre o valor total da adjudicação da licitação ou do valor da contratação direta, quando houver o descumprimento das normas jurídicas atinentes ou das obrigações assumidas, tais como:

- a) deixar de manter as condições de habilitação durante prazo do contrato;
- b) permanecer inadimplente após a aplicação de advertência;
- c) deixar de regularizar, no prazo definido pela Câmara Municipal, os documentos exigidos na legislação, para fins de liquidação e pagamento da despesa;
- d) deixar de complementar o valor da garantia recolhida após solicitação do contratante;
- e) não devolver os valores pagos indevidamente pelo contratante;
- f) manter funcionário sem qualificação para a execução do objeto do contrato;
- g) utilizar as dependências do contratante para fins diversos do objeto do contrato;
- h) tolerar, no cumprimento do contrato, situação apta a gerar ou causar dano físico, lesão corporal ou consequências letais a qualquer pessoa;

- i) deixar de fornecer Equipamento de Proteção Individual - EPI, quando exigido, aos seus empregados ou omitir-se em fiscalizar sua utilização, na hipótese de contratação de serviços de mão de obra;
- j) deixar de substituir empregado cujo comportamento for incompatível com o interesse público, em especial quando solicitado pela Câmara;
- k) deixar de repor funcionários faltosos;
- l) deixar de controlar a presença de empregados, na hipótese de contratação de serviços de mão de obra;
- m) deixar de observar a legislação pertinente aplicável ao seu ramo de atividade;
- n) deixar de efetuar o pagamento de salários, vales-transportes, vales- refeição, seguros, encargos fiscais e sociais, bem como deixar de arcar com quaisquer outras despesas relacionadas à execução do contrato nas datas avençadas;
- o) deixar de apresentar, quando solicitado, documentação fiscal, trabalhista e previdenciária regularizada;
- p) outras situações de natureza correlatas.

12.2.5 Multa administrativa de 5% (cinco por cento) sobre o valor total da adjudicação da licitação ou do valor da contratação direta, na hipótese de o contratado entregar o objeto contratual em desacordo com as especificações, condições e qualidade contratadas e/ou com vício, irregularidade ou defeito oculto que o tornem impróprio para o fim a que se destina;

12.2.6 Multa administrativa de 10% (dez por cento) sobre o valor total do contrato, quando o contratado ou fornecedor registrado der causa, respectivamente, à rescisão do contrato ou ao cancelamento.

12.3 A aplicação das sanções previstas neste Contrato não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante ([art. 156, §9º, da Lei nº 14.133, de 2021](#))

12.3.1 Todas as sanções previstas neste Contrato poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa ([art. 156, §7º, da Lei nº 14.133, de 2021](#));

12.3.2 Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação ([art. 157, da Lei nº 14.133, de 2021](#));

12.3.3 Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente ([art. 156, §8º, da Lei nº 14.133, de 2021](#));

12.3.4 Previamente ao encaminhamento à cobrança judicial, a multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

12.4 A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no **caput** e parágrafos do [art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021](#), para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

12.5 Na aplicação das sanções serão considerados ([art. 156, §1º, da Lei nº 14.133, de 2021](#)):

- a) a natureza e a gravidade da infração cometida;
- b) as peculiaridades do caso concreto;
- c) as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
- d) os danos que dela provierem para o Contratante;
- e) a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

12.6 Os atos previstos como infrações administrativas na [Lei nº 14.133, de 2021](#), ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na [Lei nº 12.846, de 2013](#), serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei ([art. 159](#)).

12.7 A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Contrato ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia ([art. 160, da Lei nº 14.133, de 2021](#)).

12.8 O Contratante deverá, no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal. ([Art. 161, da Lei nº 14.133, de 2021](#)).

12.9 As sanções de impedimento de licitar e contratar e a declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do [art. 163 da Lei nº 14.133/21](#).

12.10 Os débitos do contratado para com a Administração contratante, resultantes de multa administrativa e/ou indenizações, não inscritos em dívida ativa, poderão ser compensados, total ou parcialmente, com os créditos devidos pelo referido órgão decorrentes deste mesmo contrato ou de outros contratos administrativos que o contratado possua com o mesmo órgão ora contratante, na forma da Instrução [Normativa SEGES/ME nº 26, de 13 de abril de 2022](#).

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA DA EXTINÇÃO CONTRATUAL ([art. 92, XIX](#))

13.1 O contrato será extinto quando vencido o prazo nele estipulado, devendo ser observado os quantitativos de itens contratados, salvo se for prorrogado, independentemente de terem sido cumpridas ou não as obrigações de ambas as partes contraentes.

13.1.1 O contrato poderá ser extinto antes do prazo nele fixado, sem ônus para o Contratante, quando este não dispuser de créditos orçamentários para sua continuidade ou quando entender que o contrato não mais lhe oferece vantagem.

13.1.2 A extinção nesta hipótese ocorrerá na próxima data de aniversário do contrato, desde que haja a notificação do contratado pelo contratante nesse sentido com pelo menos 2 (dois) meses de antecedência desse dia.

13.1.3 Caso a notificação da não-continuidade do contrato de que trata este subitem ocorra com menos de 2 (dois) meses da data de aniversário, a extinção contratual ocorrerá após 2 (dois) meses da data da comunicação.

13.2 O contrato poderá ser extinto antes de cumpridas as obrigações nele estipuladas, ou antes do prazo nele fixado, por algum dos motivos previstos no [artigo 137 da Lei nº 14.133/21](#), bem como amigavelmente, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

13.2.1 Nesta hipótese, aplicam-se também os [artigos 138 e 139 da mesma Lei](#).

13.2.2 A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa não ensejará a extinção se não restringir sua capacidade de concluir o contrato.

13.2.3 Se a operação implicar mudança da pessoa jurídica contratada, deverá ser formalizado termo aditivo para alteração subjetiva.

13.3 O termo de extinção, sempre que possível, será precedido:

13.3.1 Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;

13.3.2 Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;

13.3.3 Indenizações e multas.

13.4 A extinção do contrato não configura óbice para o reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro, hipótese em que será concedida indenização por meio de termo indenizatório ([art. 131, caput, da Lei n.º 14.133, de 2021](#)).

13.5 O contrato poderá ser extinto caso se constate que o contratado mantém vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que tenha desempenhado função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau (art. 14, inciso IV, da Lei n.º 14.133, de 2021).

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA ([art. 92, VIII](#))

14.1 As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados neste exercício, na dotação discriminada: 01.122.2258.7005 -Manutenção dos Serviços Administrativos- Ficha 27604 -8.3.90.40 - Serviços de Tecnologia da Comunicação e Informação e Comunicação – PJ. 08 - Suporte de Infraestrutura de TIC – 04 Manutenção de Software, determinada pelo Departamento de Contabilidade e Orçamento na solicitação.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DOS CASOS OMISSOS ([art. 92, III](#))

15.1 Os casos omissos serão decididos pelo contratante, segundo as disposições contidas na Lei [nº 14.133, de 2021](#), e demais normas federais aplicáveis e subsidiariamente, e Portaria 205 de 2023 da Câmara Municipal de Uberlândia, segundo as disposições contidas na [Lei nº 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor](#) – e normas e princípios gerais dos contratos.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – ALTERAÇÕES

16.1 Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos [arts.124 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021](#).

16.2 O contratado é obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

16.3 As alterações contratuais deverão ser promovidas mediante celebração de termo aditivo, submetido à prévia aprovação da Procuradoria do contratante, salvo nos casos de justificada necessidade de antecipação de seus efeitos, hipótese em que a formalização do aditivo deverá ocorrer no prazo máximo de 1 (um) mês (art. 132 da Lei nº 14.133, de 2021).

16.4 Registros que não caracterizam alteração do contrato podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do [art. 136 da Lei nº 14.133, de 2021](#).

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – PUBLICAÇÃO

17.1 Incumbirá ao contratante divulgar o presente instrumento no Portal da Transparência da Câmara Municipal de Uberlândia.

CLAUSULA DÉCIMA OITAVA - DA ASSINATURA DO CONTRATO

18.1 As partes, bem como as testemunhas envolvidas neste instrumento formalizam o acordo que o presente instrumento contratual poderá ser assinado de forma eletrônica, com senha pessoal e intransferível capaz de comprovar a sua autoria e a integridade do documento, com fulcro na Lei nº 14.063, de 23/09/2020 e do Decreto nº 10.278, de 18/03/2020, sendo as assinaturas consideradas válidas e executáveis.

18.2 Não será permitida assinatura híbrida digital e física simultaneamente.

CLÁUSULA DÉCIMA NONA - FORO (art. 92, §1º)

19.1 Fica eleito o Foro da Comarca de Uberlândia, para dirimir os litígios que decorrerem da execução deste Termo de Contrato que não puderem ser compostos pela conciliação, conforme [art. 92, §1º, da Lei nº 14.133/21](#).

Uberlândia-MG, de de 2025.

Presidente

1ª Secretária e Ordenadora de Despesas
CÂMARA MUNICIPAL DE UBERLÂNDIA
CONTRATANTE

XXXXXXXXXXXXXXXXX
CONTRATADA

TESTEMUNHAS: